

FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO

**EDNILSO ROGOGINSKI
FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS
JULIANA GRACIA MACHADO**

**O ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA A CRIANÇAS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

**CURITIBA
DEZEMBRO DE 2009**

**EDNILSO ROGOGINSKI
FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS
JULIANA GRACIA MACHADO**

**O ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA A CRIANÇAS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Pesquisa e Projeto de Curso, do Curso de Pós-Graduação da FAE Centro Universitário, sob orientação da professora Dr. Vanessa Ishikawa Rasoto.

**CURITIBA
DEZEMBRO DE 2009**

“Determinação coragem e auto confiança são fatores decisivos para o sucesso. Se estamos possuídos por uma inabalável determinação conseguiremos superá-los. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho”.

(Dalai Lama)

RESUMO

ROGOGINSKI, Edinilso; SANTOS, Fernando de Lima dos; MACHADO, Juliana Gracia. **O ensino de educação financeira a crianças do ensino fundamental**. 61p. Monografia – FAE – Centro Universitário. Curitiba, 2009.

Visa o presente trabalho identificar os conteúdos de Educação Financeira que poderiam ser repassados aos alunos do ensino fundamental, bem como os fatores que deveriam ser observados para que esse ensino seja mais eficiente. Buscou-se atingir esse objetivo através de pesquisa bibliográfica e documental complementada por questionários enviados a Instituições de Ensino e Especialistas no assunto. Como resultados foram observados que os Especialistas recomendam e algumas poucas Instituições de Ensino estão aplicando conteúdos como: Consumo Consciente, Cultura de Planejamento, O real valor do dinheiro, Poupança, entre outros. O papel dos pais na formação dos filhos e a melhoria da educação básica foram citados como preponderantes para que esse ensino seja eficiente.

Palavras-chave: Educação Financeira; Ensino Fundamental.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – REFORMAS DO SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO	18
QUADRO 2 – COLÉGIOS ENFATIZADOS PELA REVISTA VEJA EM 2002	30
QUADRO 3 – ESTRUTURA DE AMOSTRAGEM DAS INSTITUIÇÕES.....	31
QUADRO 4 – ESTRUTURA DE AMOSTRAGEM DOS ESPECIALISTAS.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS RESPONDENTES.....	39
GRÁFICO 2 – TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO.....	40
GRÁFICO 3 – INICIATIVA NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	40
GRÁFICO 4 – FORMA DE APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	41
GRÁFICO 5 – EXPERIÊNCIA NA APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	41
GRÁFICO 6 – ASSUNTOS MAIS ABORDADOS PELAS ENTIDADES.....	42
GRÁFICO 7 – GRAU DE ACEITAÇÃO DOS ALUNOS.....	42
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS ALUNOS.....	43
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO COMPORTAMENTAL DOS ALUNOS.....	43
GRÁFICO 10 – ASSUNTOS MAIS ABORDADOS PELOS ESPECIALISTAS	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA	- Associação Brasileira das Companhias Abertas
ANBID	- Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANDIMA	- Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
APIMEC	- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BM&F	- Bolsa de Mercadorias & Futuros
BM&F BOVESPA	- Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros
BOVESPA	- Bolsa de Valores de São Paulo
COREMEC	- Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados: Financeiro, de Capitais, de Seguros, Previdência e Capitalização
ENEF	- Estratégia Nacional de Educação Financeira
IBRI	- Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
INI	- Instituto Nacional de Investidores
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério de Educação
PCN's	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PEF-BC	- Programa de Educação Financeira
SERASA	- Centralização de Serviços de Bancos S.A.
SPC	- Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	- Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. PROBLEMAS.....	10
1.2. OBJETIVOS.....	10
1.3. DELIMITAÇÃO DO TEMA	11
1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1. A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	13
2.1.1. A Educação e as transformações da sociedade.....	14
2.1.2. Os Estágios do Desenvolvimento Humano	16
2.1.3. O Conhecimento Financeiro e a Necessidade da Educação Financeira	18
2.1.4. Aplicação da Educação Financeira de forma Transversal.....	20
2.2. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS BRASILEIROS	21
2.2.1. BACEN (Banco Central do Brasil)	22
2.2.2. CVM (Comissão de Valores Mobiliários)	22
2.2.3. SPC (Secretaria de Previdência Complementar)	23
2.2.4. SUSEP (Superintendência de Seguros Privados)	24
2.2.5. COREMEC (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados: Financeiro, de Capitais, de Seguros, Previdência e Capitalização).....	24
2.3. AGENTES PRIVADOS E SUAS AÇÕES PELA EDUCAÇÃO FINANCEIRA....	25
2.3.1. SERASA (Centralização de Serviços de Bancos S.A.)	25
2.3.2. BM&F BOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros).....	26
3. METODOLOGIA.....	27
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	27
3.2. FONTES DE DADOS.....	28
3.3. AMOSTRAGEM	28
3.3.1. Instituições.....	28
3.3.2. Especialistas.....	31
3.4. COLETA DE DADOS.....	32
3.5. ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	32
4. TABULAÇÃO e ANÁLISE DOS DADOS.....	34

4.1. INSTITUIÇÕES.....	34
4.1.1. Colégio Exponente	34
4.1.2. Colégio Bom Jesus.....	35
4.1.3. Colégio Gran Leone.....	36
4.1.4. Colégio Sinodal – São Leopoldo	37
4.1.5. Colégio Sagrado Coração de Maria	38
4.1.6. Síntese das Instituições.....	39
4.2. ESPECIALISTAS.....	44
4.2.1. Cássia D’aquino	44
4.2.2. Álvaro Modernell.....	46
4.2.3. Sílvia Alambert.....	49
4.2.4. Síntese dos relatos dos Especialistas	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO	59
APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO PARA ESPECIALISTAS.....	61

1. INTRODUÇÃO

Desde crianças deve-se ter orientação quanto à diferença entre o precisar e o querer, ou entre o necessário e o supérfluo. Quando na adolescência, encontra-se grande facilidade para adquirir cartões de crédito, por exemplo. Mas muitos dos jovens ainda não têm consciência da responsabilidade de gerir essas facilidades. Quando se compra algum produto e opta-se por parcelar a dívida, ali estão embutidos juros altos e quanto maior o número de parcelas, maior o risco de inadimplência. Basta olhar os números de inadimplentes do Brasil para ver quantas pessoas estão com restrições cadastrais. Pessoas que gastam principalmente com o supérfluo e cometem erros que poderiam ser evitados com a devida Educação Financeira.

Essa preocupação já foi demonstrada no seminário “Brasil – A Educação Financeira na Escola”, realizado no Auditório do Banco Central em 23/09/2008, onde foram apresentadas uma proposta de ensino e a afirmação de que a Educação Financeira é “Tema Fundamental para o ensino fundamental”.

O MEC (Ministério de Educação) não exige de forma direta a Educação Financeira no sistema de ensino. Até o presente momento não se encontra nas diretrizes do ensino fundamental a aplicação desse tipo de conceito, salvo por um tema transversal dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) de 5ª a 8ª séries que trata de Trabalho e Consumo. Hoje, algumas poucas instituições desenvolvem ações nesse sentido.

Considerando que boa parte das crianças e adolescentes de hoje convivem com pais endividados e que a tendência é seguirem o mesmo caminho, faz-se necessária a tomada de providências a fim de quebrar esse elo. Assim, pode-se formar cidadãos conscientes do valor do dinheiro, que possam comprar conscientemente, que saibam analisar qual o melhor investimento, calcular taxas de juros e, principalmente, disseminar esses conhecimentos aos seus filhos e assim sucessivamente.

1.1. PROBLEMAS

Freqüentemente os jovens são bombardeados de teorias e idéias dos quais eles deveriam ter maior conhecimento para poderem se adaptar e compreender melhor o mundo em que vivem.

Ocorre que foram muitas as mudanças na economia mundial, sobretudo no Brasil. O conhecimento que os pais adquiriram com suas experiências, em um momento onde a inflação fazia com que um produto dobrasse ou até mesmo triplicasse de preço de um dia para o outro, não são conhecimentos que devam ser repassados. Eles viveram uma realidade diversa das que seus filhos vivem hoje, onde a necessidade e o desejo momentâneo deve ser analisado conjuntamente com a necessidade de se poupar e a compreensão de que se vive em uma nova ordem econômica.

A necessidade de compreensão dos assuntos ligados à finanças e finanças pessoais permite que o indivíduo tome decisões mais seguras e fundamentadas, tornando-os seres críticos e pró-ativos.

Ainda que de fato já existam algumas instituições de ensino implementando a educação financeira em seus currículos, elas são poucas e ainda há muito que ser feito.

Por isso, com base em pesquisa bibliográfica e documental bem como de questionários aplicados a instituições de ensino e a especialistas em Educação Financeira, este trabalho se propõe a responder as seguintes perguntas:

Quais conteúdos de Educação Financeira poderiam ser repassados aos alunos do ensino fundamental?

Quais fatores deveriam ser observados para que este ensino seja mais eficiente?

1.2. OBJETIVOS

Muito tem se falado nos dias atuais sobre a necessidade de aprendizagem sobre finanças pessoais para se alcançar equilíbrio financeiro e, conseqüentemente, o sucesso pessoal.

A introdução da Educação Financeira no ensino fundamental poderá levar a grandes mudanças de atitudes dos jovens em relação ao dinheiro, gerando um bem-estar sócio-econômico, abrindo novos horizontes para estes indivíduos.

Partindo dessas preocupações, este trabalho objetiva identificar os conteúdos de Educação Financeira que poderiam ser repassados aos alunos do ensino fundamental, bem como os fatores que deveriam ser observados para que esse ensino seja mais eficiente.

Por ser um tema de grande relevância para a sociedade, o objetivo acaba levando a outros, que este trabalho também pretende atingir:

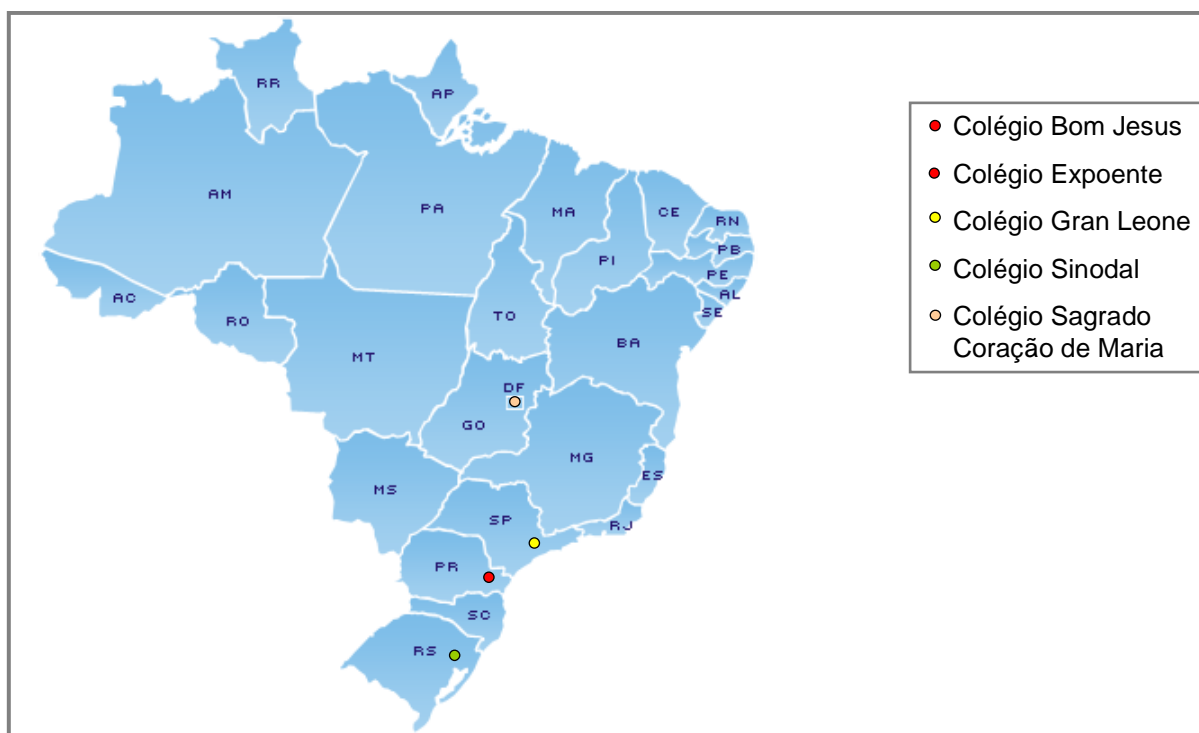
- Verificar, dentre as diretrizes do MEC e de outros órgãos públicos, a existência de preocupações com a Educação Financeira;
- verificar se há algum programa sobre o tema em questão, elaborado por entidades privadas;
- identificar instituições que já contenham algum conteúdo de educação financeira em seus currículos, especialistas em Educação Financeira, os conceitos de Educação Financeira que esses alunos já poderiam conhecer e os fatores que poderiam torná-lo mais eficiente.

O encadeamento desses objetivos embasou a elaboração dos questionários dirigidos às instituições de ensino e aos especialistas sobre o tema em questão, e também permite uma melhor compreensão do assunto.

1.3. DELIMITAÇÃO DO TEMA

O trabalho foi realizado através de questionários a educadores responsáveis por programas de educação financeira aos alunos do ensino fundamental nas suas respectivas instituições, conforme fica evidenciado no Mapa 1, bem como com especialistas no assunto.

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS SELECIONADOS



FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho é dividido em cinco capítulos, incluindo este primeiro onde são apresentados a introdução, os problemas da pesquisa, seus objetivos e delimitação do trabalho.

O segundo capítulo aborda a construção do conhecimento, definindo a Educação de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil e conforme especialistas da área; passando pelos estágios do desenvolvimento humano segundo Piaget; o conhecimento financeiro e a necessidade da educação financeira para os jovens de forma transversal bem como as ações desenvolvidas por diversos órgãos governamentais e agentes privados.

O terceiro capítulo detalha a metodologia empregada na consecução do trabalho tanto quanto aos objetivos como também nos procedimentos técnicos.

A tabulação e a análise dos questionários enviados para as instituições de ensino e especialistas estão presentes no quarto capítulo juntamente com uma síntese das respostas obtidas.

Enfim, o sexto capítulo é destinado às considerações finais deste trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O mundo cada vez mais globalizado, as revoluções tecnológicas, a necessidade de auto-afirmação e reconhecimento por um determinado grupo faz com que as crianças, desde cedo, passem a gastar cada vez mais e não permitem que eles tenham noção do valor do dinheiro e de suas reais necessidades futuras.

Estas mesmas crianças crescem e têm problemas com instituições como a SERASA (Centralização de Serviços e Bancos S.A.), ainda jovens, pois já possuem cartão de crédito, por exemplo. Ainda que sejam profissionais de sucesso quando adultas, elas provavelmente continuarão tendo problemas financeiros, pois o que lhes faltou foi uma base educacional voltada para outro tipo de conhecimento, o conhecimento sobre finanças pessoais.

Neste capítulo será abordada a construção do conhecimento, bem como as ações desenvolvidas por diversos órgãos governamentais e agentes privados.

2.1. A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

É fato que o Conhecimento é construído e não nasce pronto. Existe um processo de aprendizagem que começa no nascimento e evolui sempre gradativamente sendo uma constante na vida das pessoas. Conforme Bock, Furtado, Teixeira (2001, p. 98) “existem formas de perceber, compreender e se comportar diante do mundo, próprias de cada faixa etária”. Ou seja, faz-se necessário o ensino às crianças daquilo que ela é capaz de compreender de acordo com sua idade.

Serão abordados a seguir a educação e as transformações da sociedade, os estágios do desenvolvimento humano e o Conhecimento Financeiro que poderia ser repassado já às crianças de baixa faixa etária, pois desde cedo elas poderiam ir assimilando conceitos e construindo um futuro melhor para elas e para o país.

2.1.1. A Educação e as transformações da sociedade

A Educação é um direito social garantido pela Constituição Federal, em seu artigo 6º. O Estado e a família, juntamente com a sociedade, têm papel de extrema importância na educação dos indivíduos, conforme descreve o artigo 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Educação pode ser definida como a responsável pela transmissão de conhecimentos de uma pessoa a outra, de geração a geração, a fim de que sejam repassadas as maneiras de ser, estar e agir, requeridas para o convívio e ajuste em uma determinada sociedade. A esse respeito a educação pode ser vista como:

[...] a influência que as gerações consideradas adultas exercem sobre as gerações mais jovens, com o objetivo de levá-las a desenvolverem-se – física, intelectual e moralmente – de acordo com as expectativas da sociedade ou, por outra, dos grupos sociais dominantes”. (PILETTI, 1994, p. 8)

Essas expectativas da sociedade juntamente com o contexto histórico que definem a aprendizagem das pessoas de maneira que possa cumprir com o seu papel de cidadão.

Olhando-se por outro prisma, não se pode educar as crianças com conhecimentos desvinculados da realidade. Os pais não conseguem manter seus filhos em uma redoma, onde estarão livres de qualquer influência externa. Sobre isso:

Existem certos costumes, certas regras, que devem ser obrigatoriamente transmitidos no processo educacional, gostemos deles ou não. Se não fizermos isso, a sociedade se vingará de nossos filhos, pois não estarão em condições de viver em meio aos outros quando adultos. (RODRIGUES, 2004, p. 32)

Por conseguinte, com o processo de transformações vividas por nossa sociedade a todo momento, sejam elas políticas, sociais, econômicas ou culturais, faz-se necessária que a educação esteja sempre alinhada e atualizada. A globalização vivida nos dias de hoje, sugere que a educação seja sempre dinâmica

e moldada à devida formação dos cidadãos. Conforme sugere Libâneo (2004, p.195-199):

A globalização dos mercados, revolução na informática e nas comunicações, transformação dos meios de produção e dos processos de trabalho e a alteração no campo dos valores e atitudes são alguns ingredientes da contemporaneidade que obrigam as nações a constituir um sistema mundializado de economia. A educação, mormente a escolar, precisa reciclar-se para assumir seu papel nesse contexto como agente de mudanças, geradora de conhecimento, formadora de sujeitos capacitados a intervir e atuar na sociedade de forma crítica e criativa. [...] O enfrentamento dessas questões envolve o concurso dos governos, dos pesquisadores e planejadores, dos educadores e professores, a fim de que a escola possa dar respostas concretas às exigências de modernização e democratização da sociedade.

Ainda segundo Libâneo (2004), a educação pode ser classificada em duas modalidades: não-intencional e intencional. Na educação não-intencional os conhecimentos são repassados de forma não-sistemática, não-planejada, por meio da influência dos meios naturais e sociais sobre o indivíduo.

Na educação intencional os conhecimentos são transmitidos de maneira planejada e se dividem em não-formal e formal. A não-formal, apesar de seu caráter de intencionalidade, apresenta baixo grau de estruturação e sistematização. Pode-se citar como exemplo atividades extra-escolares como visita a museus e feiras. A formal, por sua vez, caracteriza-se pela presença de objetivos explícitos, conteúdos, métodos e procedimentos didáticos. Como manifestações de educação intencional formal podem ser citados a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e os PCN's.

A LDB rege toda estrutura que deve ser seguida para o ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Superior e foi baseada no princípio do direito universal da educação para todos, havendo uma série de mudanças voltadas para a garantia da educação básica. Em seu artigo 1º estabelece:

[...] A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. [...] a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social" (BRASIL, 1996).

A partir dos PCN's pode-se observar uma base dos conteúdos a serem seguidos, visando sempre o pleno desenvolvimento do aluno, para que cresçam como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel na sociedade.

Seus conteúdos são divididos de acordo com as séries do Ensino Fundamental e Médio, seguindo o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos (BRASIL, 1998).

Embora tenha havido um grande avanço nos últimas décadas, o sistema educacional brasileiro ainda tem muito por evoluir. Sabe-se que o desenvolvimento do país passa obrigatoriamente pela produção de conhecimentos, pela Educação. Cabe a ela “assumir um compromisso prático com a eliminação da miséria e a construção de uma sociedade mais justa” (PILETTI, 1994, p.162). Sem ela não há como formar cidadãos críticos e criativos, pessoas capazes de não serem manipuladas ou condicionadas a um sistema.

2.1.2. Os Estágios do Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento humano acontece sempre de modo gradual e contínuo. Alguns pesquisadores estabeleceram fases de desenvolvimento que obedecem a uma certa seqüência, embora as idades de transição possam variar de indivíduo para indivíduo. Jean Piaget (1896-1980) é um desses pesquisadores que acredita no desenvolvimento por estágios. Para Piaget, são 4 os períodos do desenvolvimento intelectual da espécie humana, sendo eles sempre seqüenciais, porém com variações quanto ao início e fim de cada período. Cada período tem como característica aquilo que o indivíduo melhor pode fazer nessas faixas etárias (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA 2001, p. 101). São eles:

- Período Sensório-motor (0 a 2 anos): “a criança evolui de uma atitude passiva em relação ao ambiente e pessoas de seu mundo para uma atitude ativa e participativa” (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA 2001, p. 102). Pode-se notar que as estruturas físicas vão se adaptando de acordo com o relacionamento da criança com o ambiente e ela aos poucos torna suas interações mais sofisticadas;
- período Pré-Operacional (2 a 6 anos): o pensamento nessa fase é egocêntrico, a criança vê tudo que a rodeia apenas pelos seus próprios pontos de vista. Um aspecto marcante dessa fase é o desenvolvimento da linguagem, que permite que a criança interaja com outros indivíduos (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2001, p. 102);

- período das Operações Concretas (7 a 11 anos): define-se principalmente pelo abandono do pensamento egocêntrico dando lugar ao desenvolvimento do pensamento lógico sobre coisas concretas. Caracteriza-se também pela compreensão da relação entre coisas e objetos, aprendizagem dos conceitos de tempo e espaço e evolução para o raciocínio indutivo (PILETTI, 1995, p. 210);
- período das Operações Formais (12 anos em diante): evolui-se para a capacidade de formar e entender conceitos abstratos. Do pensamento sobre coisas concretas da fase anterior passa-se ao pensamento de coisas abstratas, como a dedução, ou seja, pode-se chegar a conclusões a partir de hipóteses (PILETTI, 1995, p. 210).

O desenvolvimento é “como a busca de um equilíbrio superior, como um processo de equilibração constante” (PILETTI, 1995, p.209). É sempre contínuo, as estruturas mentais surgem de maneira gradativa. Essas estruturas vão se aperfeiçoando até estarem plenamente desenvolvidas, chegando a um estágio de equilíbrio (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2001, p. 98).

A personalidade do indivíduo começa a ser formada no fim da infância, com a organização autônoma das idéias, regras, valores e afirmação da vontade. É através dessa organização que mais tarde o indivíduo vai construir um projeto de vida, no qual ele vai se nortear para sua adaptação à realidade, através da inserção no mundo do trabalho ou na preparação para ele (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2001, p. 106).

Ainda, segundo Piletti (1995, p. 269), “na adolescência, o pensamento torna-se formal, capaz de reflexões abstratas e de raciocinar sobre hipóteses imaginadas. De egocêntrico, no início, o pensamento vai adaptando-se à realidade no final da adolescência” (PILETTI, 1995, p. 269).

Partindo do exposto que a partir dos 12 anos de idade, ou seja, a faixa etária dominante dos alunos do ensino fundamental, o indivíduo é capaz de chegar a conclusões partindo de hipóteses, pode-se deduzir que a introdução de conceitos financeiros a partir desta fase pode trazer benefícios tanto para os estudantes quanto para a sociedade, no curto e longo prazo. Pois, não há como escapar de assuntos financeiros no decorrer dos anos vivendo em uma sociedade.

2.1.3. O Conhecimento Financeiro e a Necessidade da Educação Financeira

O Brasil passou por oito mudanças de moeda em sessenta anos, sendo que seis dessas mudanças ocorreram num período de vinte anos, conforme pode-se visualizar no Quadro 1. Tudo isso decorrente de uma política econômica errada que levou a população a viver décadas de inflação.

QUADRO 1 – REFORMAS DO SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO

Moeda	Símbolo	Vigência
Cruzeiro	Cr\$	01/11/1942 a 12/02/1967
Cruzeiro Novo	NCr\$	13/02/1967 a 14/05/1970
Cruzeiro	Cr\$	15/05/1970 a 27/02/1986
Cruzado	Cz\$	28/02/1986 a 15/01/1989
Cruzado Novo	NCz\$	16/01/1989 a 15/03/1990
Cruzeiro	Cr\$	16/03/1990 a 31/07/1993
Cruzeiro Real	CR\$	01/08/1993 a 30/06/1994
Real	R\$	a partir de 01/07/1994

FONTE: BACEN (2009)

Esse vai e vem inflacionário criou uma cultura de desconfiança em relação ao dinheiro, o que acarretou no impulso de compras imediatas antes que os produtos fossem remarcados e os preços subissem, como era de costume acontecer até mais de uma vez no mesmo dia.

Com a criação do Real, a figura do remarcador de preços sumiu dos supermercados, porém as raízes desta cultura do imediatismo estão arraigadas em todos nós.

Uma das heranças deste período foi a ausência da prática da educação financeira, porém a estabilidade da moeda trouxe a tona uma nova ordem econômica e a possibilidade de planejamento.

Num mundo onde se convive com milhares de informações todos os dias faz-se necessária uma busca constante por conhecimento. Quando se fala em finanças, não poderia ser diferente. Segundo Veiga (2007), o reflexo da falta de conhecimento financeiro é a falsa sensação de se ter feito bons negócios. Quando não se tem informação se um produto financeiro é realmente o melhor para a situação, geralmente as pessoas buscam ajuda justamente com quem se está negociando. Então se torna uma presa fácil, pois o vendedor vai demonstrar apenas

o lado bom do negócio, deixando de lado, por exemplo, a explicação sobre a taxa de juros no caso de um empréstimo.

Nos últimos anos, desde que a economia brasileira começou a se estabilizar, houve um grande aumento da oferta de crédito ao público, o que criou a sensação de que consumir é muito fácil. Com tantas liquidações e facilidade de pagamento, o consumidor passou a comprar sem pensar em como vai pagar (ADMINISTRADORES, 2005; VEJA, 2008).

A falta de conhecimento de como gerir suas finanças pessoais permite que a população em geral caia em armadilhas, em “pressão psicológica imposta por inúmeros comerciantes, industriais, em marketing, propaganda e publicidade” (FRANKENBERG, 2002, p. XIX). O resultado dessa “ânsia mercadológica” (FRANKENBERG, 2002, p. XIX) se traduz em inadimplência, o que também é prejudicial a todos aqueles que investiram na instigação do seu público para o consumo de suas mercadorias.

Conforme salienta Navarro (2008), “O cartão de crédito não é dinheiro grátis.” Segundo ele ainda existe uma visão infantil das famílias em acreditar nisso. Essa afirmação pode ser também aplicada às outras formas de crédito que devido a sua facilidade de obtenção levam muitas pessoas ao endividamento extremo.

Através de dados da INFOMONEY (2009) pode-se ver que as dívidas com bancos (empréstimos, cheque especial, entre outros) figuram em primeiro lugar no ranking de representatividade, seguida de perto das dívidas com cartões de crédito e ainda por cheques sem fundo, mostrando desequilíbrio nas finanças pessoais.

“No Brasil, a média da população está preocupada apenas com a sobrevivência e não pensa em acumular reservas para o futuro” (SILVA, 1999). Grande parte da população gasta mais do que tem disponível. Então como fazer poupança?

Há a necessidade de se visualizar que, com a devida Educação Financeira, “gerações de endividados podem se transformar, com determinação e disciplina, em investidores” (PEREIRA, 2008). Ainda segundo Pereira (2008), o conhecimento financeiro está cada vez mais acessível, porém de forma indireta, através de *sites*, livros, entre outros. Existe, portanto, a necessidade da Educação Financeira ser inserida nas escolas já no ensino fundamental e médio, para que as crianças já cresçam com uma mentalidade diferente dos padrões de hoje.

2.1.4. Aplicação da Educação Financeira de forma Transversal

Os PCN's indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

“compreender a cidadania como participação social e política, [...] posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, [...] conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais, [...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, [...] perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, [...] saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos, [...] questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação”. (BRASIL, 1998, p.06).

Para uma formação eficiente, a educação não deve se ater apenas às disciplinas básicas. O currículo educacional deve ser formulado de maneira que absorva também as necessidades específicas da sociedade, não necessariamente contemplados nas disciplinas. Por esse motivo, foram criados os Temas Transversais dentro dos PCN's, “para que a escola trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se vêm confrontados no seu dia-a-dia” (BRASIL, 1998, p. 65).

Mas o que são temas transversais? Segundo o MEC são:

temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes”. (MENEZES, 2002)

Ou seja, são assuntos para serem levados à realidade dos alunos, integrando as disciplinas já existentes de forma complementar. São transversais porque não integram nenhuma disciplina específica, porém atravessam a todas como se fossem a elas pertencentes (MENEZES, 2002).

O próprio MEC justifica a criação dos temas transversais afirmando que as disciplinas convencionais como língua portuguesa, matemática, ciências, geografia e história não são suficientes, o que não significa que não sejam necessárias (BRASIL, 1998, p. 19). Tais temas apresentam-se como mais uma tentativa de articulação entre as diferentes disciplinas que compõem o currículo, tendo como

explicação a incapacidade das mesmas de dar conta da realidade em que se vive (MOREIRA, 2000, p. 55)

Assim, temas como ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho e consumo já fazem parte dos referidos parâmetros de forma transversal.

Por levantar assuntos de cunho social, os temas transversais têm natureza distinta das áreas convencionais. As matérias clássicas podem abordar um determinado tema de forma que seus conteúdos as explicitem e seus objetivos sejam observados.

Bem como os temas citados anteriormente, a educação financeira aplicada de forma transversal levaria a noção de finanças através de várias matérias e inculcaria nos alunos a idéia de disciplina, a idéia de subordinar um prazer de hoje em prol de um bem maior no longo prazo, que é o hábito da poupança. Conforme salienta D'Aquino (2008, p. 14) "as crianças devem ser levadas a perceber que o prazer de poupar é semelhante ao que se obtém ao gastar dinheiro".

A adoção deste método de forma a levar o conhecimento de finanças pessoais aos alunos do ensino fundamental fará com que eles se tornem mais críticos e reflexivos de forma a interagir com a realidade. Os alunos serão estimulados a raciocinar e analisar temas de grande relevância no cotidiano.

Através da Educação Financeira nas Escolas, pode-se, a médio e longo prazo, formar cidadãos conscientes do valor do dinheiro, que possam comprar conscientemente, que saibam analisar qual o melhor investimento, calcular taxas de juros e, principalmente, disseminar esses conhecimentos aos seus filhos e assim sucessivamente, contribuindo para a economia como um todo.

2.2. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS BRASILEIROS

Os órgãos governamentais têm papel importante na disseminação do conhecimento de uma forma geral. Especificamente a educação financeira é tratada por várias instituições cada qual pela sua atividade e abrangência, cada uma com os seus conceitos, estratégias e ações no campo da instrução financeira. Cada órgão dentro das suas competências defende com os seus argumentos vários temas dentro da educação financeira aplicada.

2.2.1. BACEN (Banco Central do Brasil)

O BACEN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, e é o principal responsável pela execução das orientações do Conselho Monetário Nacional e por garantir o poder de compra da moeda nacional (BACEN, 2009).

O BACEN tem o PEF-BC (Programa de Educação Financeira) que visa orientar a sociedade sobre os assuntos financeiros e o papel do Banco Central como agente responsável na estabilidade econômica do país (BACEN, 2009).

Segundo o BACEN (2009) existem duas categorias de pessoas, as que já entendem de finanças e as que não entendem, e a tendência é que a distância do saber aumente em relação a elas, pois as que conhecem sempre estão se atualizando e as outras estão inertes. Só o conhecimento pode propiciar ao cidadão uma melhora em sua qualidade de vida.

O BACEN dentro da sua política de educação financeira implementa várias ações direcionadas para diversas faixas etárias e níveis de escolaridade. Entre os vários projetos destaca-se o “BC Jovem”, o qual está direcionado ao universo infanto-juvenil, possui uma linguagem próxima a do público alvo (BACEN, 2009).

2.2.2. CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

A CVM é uma autarquia federal, tem como objetivos a fiscalização, regulamentação e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários (CVM, 2009).

No *site* da CVM existe uma cartilha de educação financeira, especificamente focada no tema poupar e/ou investir para adquirir segurança financeira. A linguagem empregada neste material é simples propiciando um vasto alcance nas faixas etárias. Esta autarquia procura conscientizar e incentivar o cidadão que ele é capaz, conforme frase da CVM (2009):

Está comprovado que as pessoas, até mesmo aquelas com poucos recursos, quando se empenham nessa jornada, alcançam a segurança financeira almejada e tudo o que ela significa: uma aposentadoria confortável, casa própria e boas oportunidades de educação para os filhos. Se elas podem, você também pode!

Baseado nas citações da CVM é possível visualizar sua posição positiva em relação à educação financeira, especificamente sobre os temas poupar e investir,

que é a área de atuação desta entidade. Pode-se concluir que o aprendizado é de suma importância para o bem-estar financeiro das famílias e da sociedade.

A CVM também possui um Comitê Consultivo de Educação que tem o objetivo de promover e apoiar projetos educacionais que procuram melhorar a educação financeira da população brasileira. Além da CVM o Comitê é composto por mais dois representantes das seguintes entidades: ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas); ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento); ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro); APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais); (BM&F BOVESPA) Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros; IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores); INI (Instituto Nacional de Investidores) (CVM, 2009).

2.2.3. SPC (Secretaria de Previdência Complementar)

A SPC é um órgão do Ministério da Previdência Social, tem como objetivo a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar ou mais conhecidas como “fundos de pensão” (SPC, 2009).

No *site* Oficial da Previdência Social existe uma opção chamada Previdência Complementar com material educativo/informativo relacionado ao assunto. No conteúdo disponível foi feita uma explicação das diferenças entre os “fundos de pensão” e as entidades abertas de previdência complementar as quais são fiscalizadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) órgão distinto da SPC.

No desenvolvimento da educação financeira existem fases com abordagens diferentes, porém essas não podem deixar de existir, pois a ausência gera lacunas e em algum momento prejudicam determinados objetivos traçados pelo indivíduo. A Educação Financeira no ensino fundamental deve ser ampla, não é questão de aprofundamento sobre o assunto, mas de visão do todo. Nesta linha de visão geral a Previdência Complementar é um tema que não pode ser deixado de lado, pois revela ao aluno a necessidade de não apenas pensar no curto prazo, mas de planejar para o longo prazo.

2.2.4. SUSEP (Superintendência de Seguros Privados)

A SUSEP é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda e segue as normas do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados), ela é “responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro” (SUSEP, 2009).

2.2.5. COREMEC (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados: Financeiro, de Capitais, de Seguros, Previdência e Capitalização)

Todos os órgãos citados anteriormente (BACEN, CVM, SPC e SUSEP) possuem individualmente materiais e/ou programas direcionados à educação financeira, porém esses órgãos fazem parte do COREMEC. Foi criado pelo Decreto 5.685 de 25/01/2006, tem como objetivo de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular (VIDA E DINHEIRO, 2009).

No dia 31/05/07 foi aprovado pelo COREMEC a criação de um Grupo de Trabalho – GT a fim de propor e desenvolver a ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) (VIDA E DINHEIRO, 2009). Eles defendem que:

Através da Educação Financeira, consumidores e investidores aperfeiçoam sua compreensão dos produtos financeiros e também desenvolvem habilidades e segurança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazerem suas escolhas e para saberem onde buscar ajuda, melhorando assim a relação com suas finanças (VIDA E DINHEIRO, 2009).

A COREMEC através da ENEF acredita na importância da educação financeira nas escolas para um futuro melhor, conforme citação:

Além de ações destinadas ao público-alvo adulto, a ENEF, prevê ações voltadas especificamente para a Educação Financeira nas Escolas, seguindo uma tendência mundial. Os efeitos destas ações só poderão ser percebidos a médio e longo prazo, porém são essenciais para a sustentabilidade desse esforço governamental e da sociedade civil, por meio das entidades parceiras nesse projeto (VIDA E DINHEIRO, 2009).

É clara e objetiva a intenção do Comitê. Caso ele consiga atingir suas metas, com certeza será possível visualizar uma melhora na Sociedade Brasileira.

2.3. AGENTES PRIVADOS E SUAS AÇÕES PELA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Além do trabalho social realizado pelos organismos públicos é dever das entidades privadas de ajudá-las e ter iniciativas próprias em relação à educação.

Conforme defende o INSTITUTO AKATU (2009):

CONSUMO CONSCIENTE:

É consumir diferente: tendo no consumo um instrumento de bem estar e não fim em si mesmo;

É consumir solidariamente: buscando os impactos positivos do consumo para o bem estar da sociedade e do meio ambiente;

É consumir sustentavelmente: deixando um mundo melhor para as próximas gerações.

Pode-se dizer que um dos seus resultados do conhecimento financeiro é o consumo consciente, o qual melhora a sociedade como um todo.

2.3.1. SERASA (Centralização de Serviços de Bancos S.A.)

A SERASA é uma empresa privada que tem o objetivo gerenciar informações para decisões de crédito e apoio a negócios. “Ela tem o maior banco de dados da América Latina sobre consumidores, empresas e grupos econômicos” (SERASA, 2009). Atualmente atende em todo o Brasil cerca de 400 mil clientes diretos e indiretos (SERASA, 2009).

No *site* do Serasa (2009) em um de seus boletins é citado, conforme transcrito abaixo, um problema que a falta de educação financeira pode gerar: o superendividamento que é uma das causas da inadimplência:

Cabe salientar que o superendividamento é exclusivo dos consumidores de boa-fé, não sendo aplicável, portanto, aos maus pagadores ou àqueles que, conscientemente, agem de má-fé. Ademais, tanto pode ser fruto de uma má administração financeira, como também de uma vontade alheia ao consumidor, tal como o desemprego.

A instituição apóia e desenvolve projetos voltados a educação através de publicação de livros, de parcerias com entidades e universidades. Em relação às publicações cabe destacar a “Série Cidadania” a qual aborda vários assuntos voltados ao atendimento das necessidades do cidadão, incluindo a educação financeira, a linguagem utilizada é simples e alguns assuntos são tratados em forma

de histórias em quadrinhos, pode facilmente ser utilizada no ensino fundamental (SERASA, 2009).

2.3.2. BM&F BOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros)

A BM&F BOVESPA foi criada com a integração entre a BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros) e a BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) em 2008. A bolsa oferece para negociação “ações, títulos e contratos referenciados em ativos financeiros, índices, taxas, mercadorias e moedas nas modalidades a vista e de liquidação futura” (BM&F BOVESPA, 2009).

A BM&F BOVESPA possui diversos programas educacionais, cabe destacar o curso de finanças pessoais (Educar), que busca orientar o indivíduo para planejar melhor suas finanças pessoais e saber qual é o melhor investimento para o seu perfil. O curso está segmentado em várias faixas etárias: Júnior (de 11 até 15 anos); Teen (de 15 até 18 anos); Master (Adultos); Mulheres em Ação (feminino); Sênior (terceira idade); Família (membros adultos das famílias) (BM&F BOVESPA, 2009).

A BM&F BOVESPA defende a educação financeira para jovens e crianças como um dos fatores de uma sociedade melhor, conforme parágrafo citado:

Atenção especial é dedicada à educação, principalmente, de crianças e jovens, acreditando-se que este é o melhor caminho para incentivar as mudanças sociais e econômicas necessárias para a construção de uma sociedade onde haja maior respeito pelos direitos humanos e melhores condições de vida para todos (BM&F BOVESPA, 2009).

Baseado nas argumentações acima é possível afirmar que o melhor caminho para a solução dos problemas sociais com certeza são ações voltadas à educação das crianças e jovens. Os resultados não são visualizados imediatamente, porém no longo prazo os resultados positivos tendem a aparecer.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada a metodologia empregada na realização do presente trabalho, tanto quanto aos seus objetivos, quanto aos procedimentos técnicos a serem adotados. Também serão abordadas as fontes, amostragem e coleta de dados e por fim, a tabulação e análise dos dados obtidos.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

No tocante a classificação da pesquisa quanto aos objetivos ela será exploratória, uma vez que:

O objetivo da pesquisa exploratória é situar-se em um problema sobre o qual o pesquisador não tem informações ou conhecimentos suficientes para elaborar hipóteses pertinentes ou para traçar estratégias mais sofisticadas que permitam atingir objetivos precisos. (MIGUELES, 2004, p. 135).

Quanto aos procedimentos técnicos, será utilizada a pesquisa bibliográfica, que “diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras” (FACHIN, 2003, p. 125), pois serão consultadas fontes secundárias tais como livros, revistas, periódicos, entre outros.

Além da pesquisa bibliográfica, será utilizada a pesquisa qualitativa, que pode ser resumida pelo seguinte:

As pesquisas que utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos. (OLIVEIRA, 1999, p. 117).

Desta forma, foi escolhida a abordagem qualitativa, pois ela se justifica pela tendência de não generalização dos resultados da pesquisa e de captação da subjetividade dos educadores.

Fazer um esquema evidenciando o procedimento metodológico, pode ser fluxograma!

3.2. FONTES DE DADOS

A pesquisa utilizará dados primários e secundários. Os dados primários são aqueles que são coletados com a intenção de completar o projeto de pesquisa enquanto que os secundários são dados que já foram coletados, porém para algum outro propósito de pesquisa (HAIR JR., 2005, p. 98).

Os questionários serão utilizados como fontes primárias de dados, uma vez que apresentarão pontos de vista distintos, os quais após analisados irão ajudar a atingir os objetivos pré-definidos. Quanto aos dados secundários, serão utilizados principalmente livros voltados ao tema, notícias veiculadas em *sites*, periódicos e outros, para o referencial e o devido embasamento do trabalho.

3.3. AMOSTRAGEM

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a amostra é não probabilística, por conveniência e por julgamento ou intencional. A população alvo são professores/educadores responsáveis nas suas respectivas instituições por programas de educação financeira aos alunos do ensino fundamental e médio, bem como especialistas no assunto.

Na amostragem não-probabilística, a seleção de elementos para a amostra não é necessariamente feita com o objetivo de ser representativa da população. Ao contrário, o pesquisador usa métodos subjetivos, tais como sua experiência pessoal, conveniência, conhecimento especializado, etc., para selecionar os elementos da amostra. (HAIR JR., 2005, p. 246).

Neste enfoque foram selecionadas dezoito instituições que possuem a educação financeira inserida em seus currículos, mais três Especialistas em educação financeira.

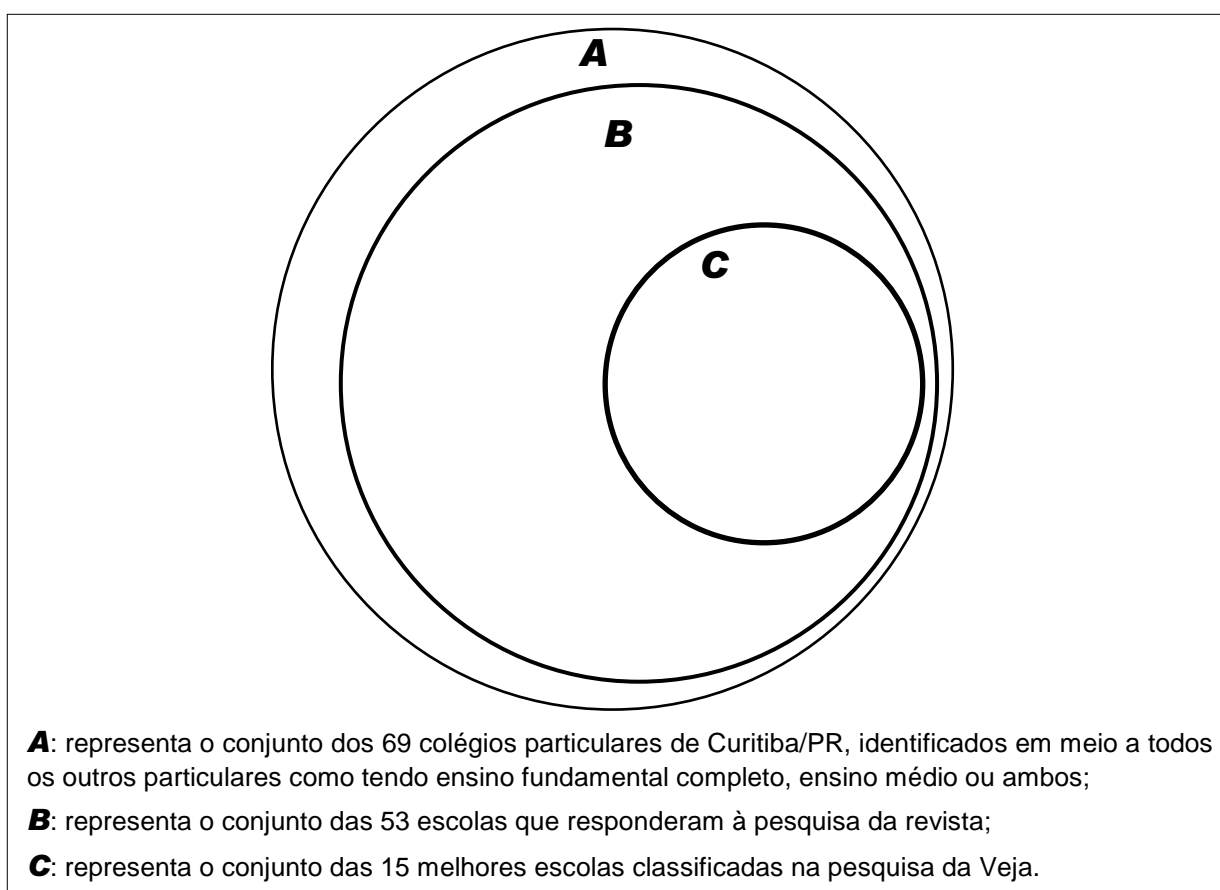
3.3.1. Instituições

A amostra utilizada nesta pesquisa teve como base quinze escolas particulares da cidade de Curitiba/PR e mais três colégios em diferentes estados do Brasil.

As quinze escolas particulares de Curitiba/PR foram retiradas de uma pesquisa publicada na revista *Veja* no ano de 2002, na qual se destacaram como as

melhores da cidade. Foram elas as vencedoras entre as cinquenta e três escolas que responderam à pesquisa da revista dentre os sessenta e nove colégios particulares da cidade, identificados em meio a todos os outros particulares como tendo ensino fundamental completo, ensino médio ou ambos. A revista citada contratou o instituto de pesquisas Ipsos-Marplan para realizar o trabalho de campo e o processamento dos dados. Na Figura 1 é demonstrada a amostra origem utilizada pela Veja e os subconjuntos decorrentes do processo de pesquisa. Os quinze colégios evidenciados pela revista foram listados no Quadro 2.

FIGURA 1 – AMOSTRA UTILIZADA PELA VEJA (Conjunto e Subconjuntos)



FONTE: VEJA (2009)

QUADRO 2 – COLÉGIOS ENFATIZADOS PELA REVISTA VEJA EM 2002

Anjo da Guarda
Bom Jesus
Decisivo
Dom Bosco
Expoente
Israelita Brasileira Salomão Guelmann
Marista Paranaense
Marista Santa Maria
Nossa Senhora de Sion
Nossa Senhora Medianeira
Novo Ateneu
Palmares
Pitágoras
Positivo
Sagrado Coração de Jesus

FONTE: VEJA (2009)

Através de contato com as quinze escolas citadas, apenas sete declararam ter algum programa de educação financeira direcionado aos alunos do ensino fundamental. Para essas sete foi enviado um questionário sobre o tema, o qual foi respondido apenas por duas instituições.

Em decorrência da reduzida quantidade de questionários preenchidos e no intuito de comparar as respostas obtidas, foram selecionados aleatoriamente, através de pesquisa eletrônica na Internet, mais três colégios em diferentes estados brasileiros que continham algum programa relacionado à educação financeira no ensino fundamental.

No Quadro 3 pode ser visualizada a Estrutura de Amostragem das Instituições que declararam ter o ensino de educação financeira no ensino fundamental e que responderam ao questionário.

QUADRO 3 – ESTRUTURA DE AMOSTRAGEM DAS INSTITUIÇÕES

Instituição	Localização	Responsável
Colégio Exponente	Curitiba/PR	Marco Aurélio Kalinke
Colégio Bom Jesus	Curitiba/PR	Luciana da Paz Prazeres
Colégio Gran Leone	Ribeirão Pires/SP	Roberta Rocha Sales
Colégio Sinodal	São Leopoldo/RS	Rosane Monica Regner
Colégio Sagrado Coração de Maria	Brasília/DF	Nilva Lencina Zôrzo

FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

3.3.2. Especialistas

Responderam aos questionários três especialistas em educação financeira. Os mesmos foram selecionados através de pesquisa eletrônica na Internet.

No quadro 4 pode ser visualizada a Estrutura de Amostragem dos Especialistas.

QUADRO 4 – ESTRUTURA DE AMOSTRAGEM DOS ESPECIALISTAS

Especialista	Perfil Resumido
Cássia D'aquino	Educadora com especialização em Educação Infantil; Autora de livros e artigos sobre Educação Financeira; Criadora e coordenadora do Programa de Educação Financeira em inúmeras escolas do País; Palestrante em Congressos de Educação e Encontros de pais no Brasil e exterior.
Álvaro Modernell	Especialista em Educação Financeira; Sócio-fundador e coordenador do <i>site</i> Mais Ativos; Atuou como voluntário e facilitador de programa internacional de empreendedorismo e finanças pessoais <i>Junior Achievement</i> e como consultor no programa para educação financeira infantil <i>The Money Camp Brasil</i> ; Desenvolve projetos e trabalhos de educação financeira para instituições, grupos de adultos não especialistas em finanças e oficinas de educação financeira para crianças; Membro do GAP - Grupo de Apoio Pedagógico na formulação da ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira, coordenada pelo MEC, CVM e Banco Central.
Silvia Alambert	Empresária, sócia-diretora da <i>The Money Camp Brasil</i> , escola de educação financeira para crianças, jovens e adultos.

FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

3.4. COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário individual com questões diretas, fechadas e/ou abertas. Segundo Fachin (2003), através de respostas abertas “pode-se detectar melhor a atitude e as opiniões do pesquisado, bem como sua motivação e significação”.

Os questionários foram feitos e disponibilizados aos participantes da pesquisa através de um programa gratuito, disponibilizado na Internet, conhecido como “*Google Docs*”. Com este aplicativo é possível visualizar as respostas individualmente e agrupadas, tendo a opção de visualização de gráficos.

A coleta de dados teve seu início com a identificação dos participantes no contato inicial, o qual foi feito por telefone e/ou e-mail. Para os Colégios que declaram no contato inicial possuir o ensino de educação financeira no ensino fundamental e para os Especialistas foi disponibilizado através de e-mail um “*link*” específico, direcionando para os questionários armazenados no “*Google Docs*”. O questionário aplicado aos colégios consta no Apêndice 1 e o para os especialistas no Apêndice 2.

3.5. ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

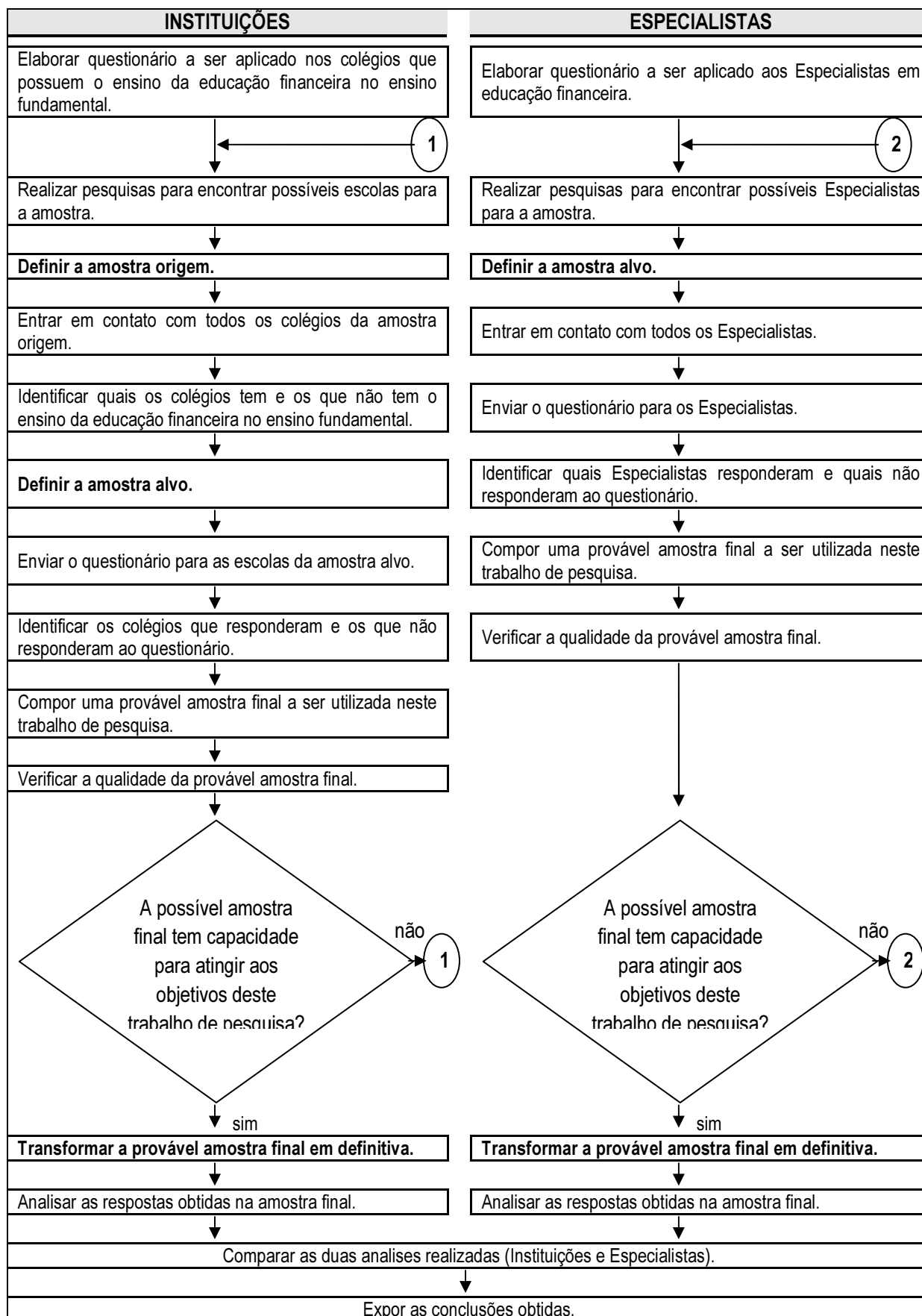
Os dados obtidos nos questionários foram analisados, possibilitando uma visão geral dos pontos comuns e divergentes entre os educadores, especialistas e educadores versus especialistas.

A análise de conteúdo obtém dados através da observação e análise do conteúdo ou mensagem de texto escrito. [...] Por meio da análise sistemática e da observação, o pesquisador examina a frequência com que palavras e temas principais ocorrem e identifica o conteúdo e as características de informações presentes no texto. O resultado final é muitas vezes usado para quantificar os dados qualitativos. (HAIR JR., 2005, p. 154).

Após a análise dos questionários foi possível tirar conclusões que, mesmo não podendo ser generalizadas, possibilitaram juntamente com a fundamentação teórica responder ao problema e atingir os objetivos desta Pesquisa e Projeto de Curso.

Na Figura 2 está demonstrado o Fluxograma da Metodologia.

FIGURA 2 – FLUXOGRAMA DA METODOLOGIA



FONTE: desenvolvido pelos autores.

4. TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a aplicação dos questionários às Instituições e aos Especialistas selecionados, procedeu-se à tabulação e análise dos dados constantes nos mesmos. Tal análise foi elaborada de acordo com a seguinte estrutura:

- explanação dos resultados obtidos com as instituições, individual e coletivamente;
- explanação dos resultados obtidos com os especialistas, individual e coletivamente.

Assim pôde-se visualizar como é tratada a Educação Financeira nas instituições, bem como as opiniões dos especialistas a respeito do mesmo tema.

4.1. INSTITUIÇÕES

Seguem abaixo os resultados dos questionários enviados às Instituições, bem como breve descrição institucional.

4.1.1. Colégio Expoente

O Colégio Expoente está atuando na área educacional desde 1986, na cidade de Curitiba estado do Paraná e sua missão é:

Disponibilizar soluções educacionais que propiciem o desenvolvimento de cidadãos socialmente responsáveis e capazes de transformar informações em conhecimento, aproveitando talentos humanos e tecnologias avançadas para a geração de benefícios à sociedade (EXPOENTE, 2009).

O questionário relacionado à educação financeira foi respondido pela Direção da Unidade Boa Vista, o entrevistado possui Doutorado, trabalha na instituição a mais de seis anos e possui experiência na área acadêmica.

Quanto à iniciativa de inserção da educação financeira, esta foi da Direção juntamente com a Gestão Pedagógica. Não existe uma disciplina específica para o

tema financeiro, ele vem sendo trabalhado de forma transversal num período de tempo de 4 à 6 anos.

Os materiais extras utilizados no ensino da educação financeira são preparados pelos próprios professores. Atualmente são abordados os seguintes conteúdos: o real valor do dinheiro, os bancos, gasto consciente, juro simples e composto, inflação e financiamentos. Tais conteúdos são trabalhados com os alunos de todas as séries a partir da 5ª, em todos os momentos e disciplinas em que haja oportunidade.

A evolução dos alunos assim como o grau de aceitação dos mesmos em relação ao assunto está conforme o esperado e, através de reuniões entre pais e professores, foram constatados comentários positivos em relação à evolução comportamental dos estudantes sobre o tema.

4.1.2. Colégio Bom Jesus

O Bom Jesus é um grupo educacional que atua há mais de 100 anos no Brasil, tendo como entidade mantenedora a Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus e sua missão é:

Promover a formação do ser humano e a construção de sua cidadania de acordo com os princípios franciscanos, produzindo, sistematizando e socializando o saber científico, tecnológico e filosófico (BOM JESUS, 2009).

A colaboradora que nos atendeu possui experiência na área acadêmica e tem curso de especialização. Ela está na instituição entre 2 a 4 anos e nos informou que o Colégio Bom Jesus, a partir de uma iniciativa da direção e da gestão pedagógica, passou a promover a educação financeira de forma transversal há pouco mais de quatro anos.

O colégio não trabalha com matemática financeira e sim com empreendedorismo, abordando temas como a lei da oferta e da procura e, quando chegam ao tema Plano de Negócios, também são ensinados conceitos de custo fixo e variável.

Os critérios de avaliação utilizados como ferramentas para atribuir nota e medir o nível de conhecimento dos alunos são feitos através de atividades processuais e provas.

A aceitação por parte dos alunos quanto ao tema está acima das expectativas e a evolução do desempenho deles está dentro do esperado pela instituição. A abordagem dos temas trabalhados está refletindo em outros âmbitos, pois foi verificada uma evolução comportamental dos mesmos, segundo as reuniões de pais e professores.

4.1.3. Colégio Gran Leone

O Colégio Gran Leone esta localizado na cidade de Ribeirão Pires no estado de São Paulo, ele iniciou suas atividades em 1996, sua finalidade é:

Oferecer uma proposta pedagógica diferenciada que interligue as diversas teorias educacionais definidas, a fim de promover uma aprendizagem com aplicação prática na vida do aluno, preparando-o para desenvolver suas habilidades, saber fazer escolhas e ter atitudes para a verdadeira ação (GRAN LEONE, 2009).

Em relação ao tema educação financeira quem respondeu ao questionário possui especialização, trabalha no colégio há mais de 6 anos e possui experiência acadêmica. A iniciativa de inserção da educação financeira partiu dos professores.

O assunto é trabalhado de forma transversal há cerca de um ano e existe um programa que é distribuído em aulas mensais nas disciplinas de Ética e Cidadania e Gestão Pessoal. A entidade utiliza a metodologia DISOP, com o livro “O Menino do Dinheiro” de Reinaldo Domingos e também utiliza bibliografia de apoio de outros autores como Cássia D’Aquino.

Os conteúdos atualmente trabalhados são: o real valor do dinheiro, gasto consciente, planejamento financeiro e poupança. Todos os conteúdos citados são trabalhados na 4ª série. O desempenho dos alunos ocorre conforme o esperado, porém o grau de aceitação do assunto pelos estudantes está acima das expectativas.

É o primeiro ano que o colégio trabalha com a educação financeira, a proposta surgiu a partir de atividades que vinham sendo feitas com os alunos da 4ª série com o intuito de arrecadar fundos para uma viagem de formatura. Os pais elogiaram a proposta e mostraram-se envolvidos.

A partir do próximo ano a instituição pretende estender o ensino de educação financeira ao ensino fundamental 2.

4.1.4. Colégio Sinodal – São Leopoldo

O Colégio Sinodal foi fundado em 19 de maio de 1936, em São Leopoldo-RS por evangélicos luteranos do sul do Brasil (IECLB) tendo sua linha pedagógica fundamentada da seguinte forma:

A linha pedagógica do Colégio Sinodal, a partir dos pressupostos teóricos que a sustentam, opta por uma ação educativa de cunho sócio-interacionista que se dá, na construção do conhecimento, através de relações entre professor/aluno, aluno/aluno, e que prioriza a criatividade, o raciocínio lógico, a liberdade de expressão, o senso crítico, a sensibilidade, a liderança, a autonomia, a solidariedade e o espírito cristão (SINODAL, 2009).

A responsável pelo preenchimento do questionário possui nível superior com experiência na área acadêmica e está na instituição a mais de seis anos.

Segundo ela, a iniciativa de inserção da educação financeira de forma transversal foi da direção bem como da gestão pedagógica a mais de seis anos.

Por ser a educação financeira tratada de forma transversal, as matérias que abordam o assunto são: matemática, português, história, geografia e artes visuais e todas elas utilizam a internet e o trabalho em campo como forma de pesquisa, não havendo critérios de avaliação.

Os conteúdos pertinentes à educação financeira são passados para os alunos de acordo com cada e série e em suma são estes: o real valor do dinheiro, bancos, gasto consciente, impostos, juro simples e composto, inflação, lei da oferta e da procura, planejamento financeiro, cartões de crédito e débito, cheque especial, financiamentos, poupança, bolsa de valores, mercado internacional, sustentabilidade e bens públicos e privados.

Vale salientar que os temas pertinentes à bolsa de valores e mercado internacional são ministrados apenas para ensino médio.

Segundo a representante do colégio, tanto a aceitação dos conteúdos bem como a evolução do desempenho dos alunos estão acima das expectativas da instituição e, em reuniões de pais e professores, foi verificada uma evolução comportamental destes jovens.

4.1.5. Colégio Sagrado Coração de Maria

O Colégio Sagrado Coração de Maria está situado em Brasília no Distrito Federal, sua missão é:

Oferecer uma educação de qualidade para crianças, adolescentes, jovens e adultos, comprometendo-se com uma formação acadêmica de excelência, com a cultura da solidariedade e com o processo de transformação social (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA, 2009).

O colégio pertence à Rede Sagrado. Primeiramente, foi fundado em 1849 na França o Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, atualmente as Religiosas do Sagrado Coração de Maria estão presentes em quatorze países, no Brasil as duas primeiras escolas foram estabelecidas nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro no ano de 1911.

Relacionado ao ensino da educação financeira, a responsável pelo preenchimento do questionário trabalha no colégio há mais de 6 anos, possui especialização e experiência na área acadêmica. A iniciativa de inserção do tema em discussão foi da Direção juntamente com a Gestão Pedagógica.

Na instituição existe uma disciplina específica chamada Empreendedorismo que aborda a educação financeira. Esta disciplina possui uma aula semanal e trabalha com cinco elementos de suporte: conceito de si mesmo, energia (compreende iniciativa, criatividade, inovação, entre outros), liderança, conhecimento do setor (busca de informações e percepção de oportunidades) e rede de relações. Alguns assuntos também são trabalhados na Matemática, de acordo com cada série.

A educação financeira começou a ser trabalhada em 2009, sendo que as aulas de Empreendedorismo empregam dinâmica de grupo, reflexões a partir de situações apresentadas e filmes temáticos.

Atualmente são trabalhados os seguintes conteúdos: o real valor do dinheiro, gasto consciente, juro simples e composto, lei da oferta e da procura, planejamento financeiro e poupança.

Os conteúdos aplicados em todas as turmas do 1º ao 9º ano, adaptado a faixa etária/série, são: o real valor do dinheiro, gasto consciente e poupança. Do 7º

ano em diante é ensinado juro simples e composto. Já o conteúdo planejamento financeiro é trabalhado nas turmas do 6º ao 9º ano, adaptado a faixa etária/série.

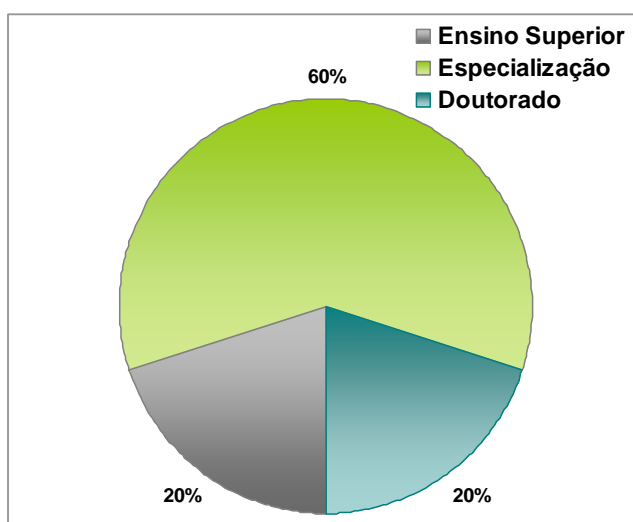
Tanto o desempenho como o grau de aceitação dos alunos em relação ao tema estão conforme o esperado.

4.1.6. Síntese das Instituições

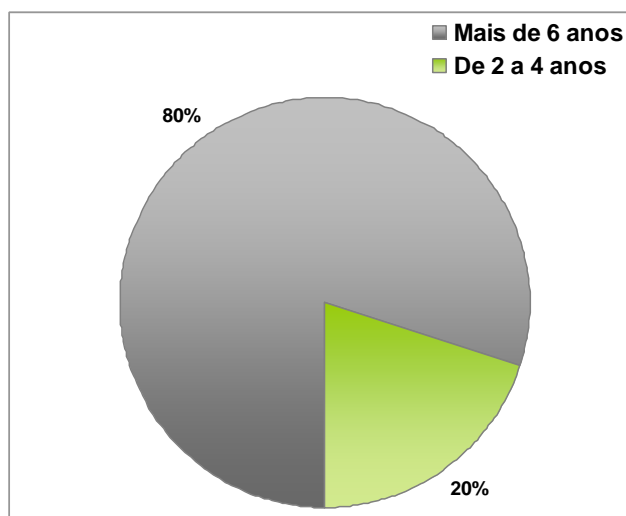
Conforme citado anteriormente, a pesquisa inicialmente adotou uma amostra de quinze escolas particulares da cidade de Curitiba-PR. Porém teve de ser complementada com mais três instituições de outros estados brasileiros, uma vez que, das quinze instituições contatadas apenas duas apresentavam algum programa relacionado à educação financeira.

Em relação ao perfil dos respondentes do questionário, pode-se observar que a grande maioria tem especialização em sua área de atuação conforme mostra o Gráfico 1. Também pode-se observar, conforme o Gráfico 2, que grande parte possui um bom tempo de casa o que pode demonstrar um maior entrosamento com a cultura da instituição.

GRÁFICO 1 - FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS RESPONDENTES

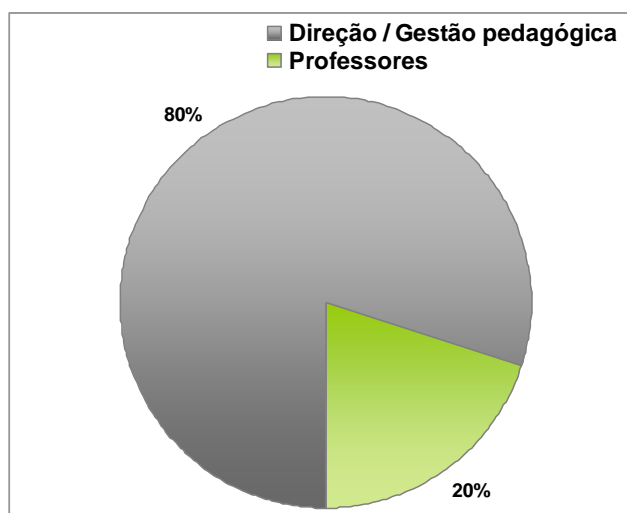


FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

GRÁFICO 2 – TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO

FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

A iniciativa de implantação da Educação Financeira, em todas as instituições pesquisadas, partiu sempre de dentro da própria instituição de ensino, seja pela Direção ou Gestão Pedagógica ou ainda pelos próprios professores. Pode-se visualizar no Gráfico 3.

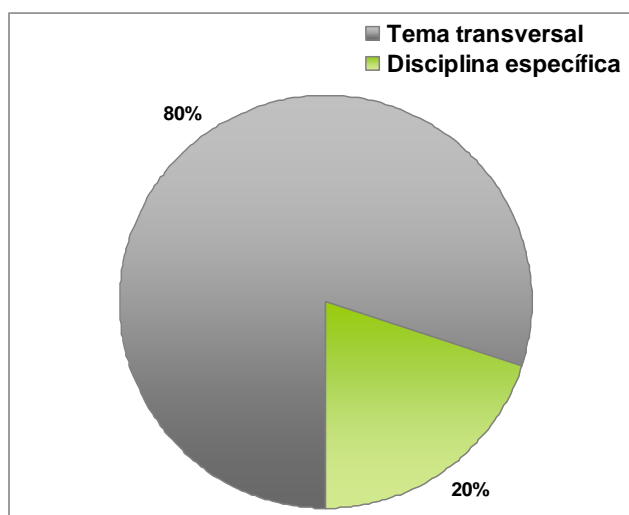
GRÁFICO 3 – INICIATIVA NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

Apenas uma das cinco escolas que responderam o questionário, possui uma disciplina específica que trata da educação financeira, de acordo com o Gráfico 4. Mesmo assim, alguns conteúdos são explorados nas aulas de Matemática. Desta

forma pode-se destacar a característica do ensino da educação financeira: ser um tema transversal a outras disciplinas já existentes.

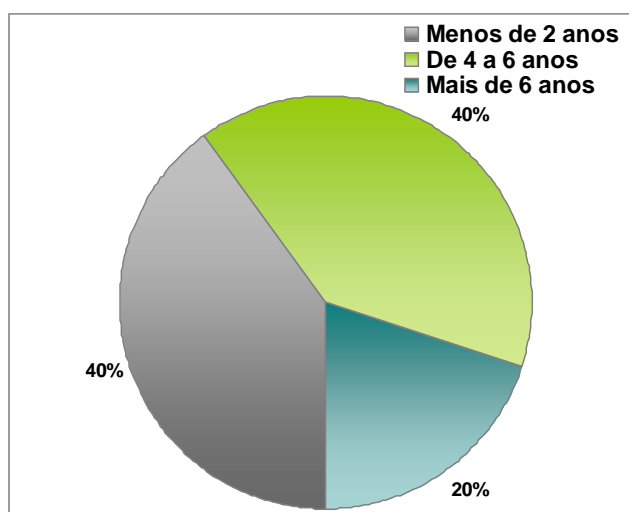
GRÁFICO 4 – FORMA DE APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA



FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

Quanto ao tempo de experiência que as instituições têm com a aplicação de tais conteúdos, estas ficaram divididas. Mas, ainda assim, a maioria já tem esses programas em seus currículos há mais de 4 anos, de acordo com o Gráfico 5.

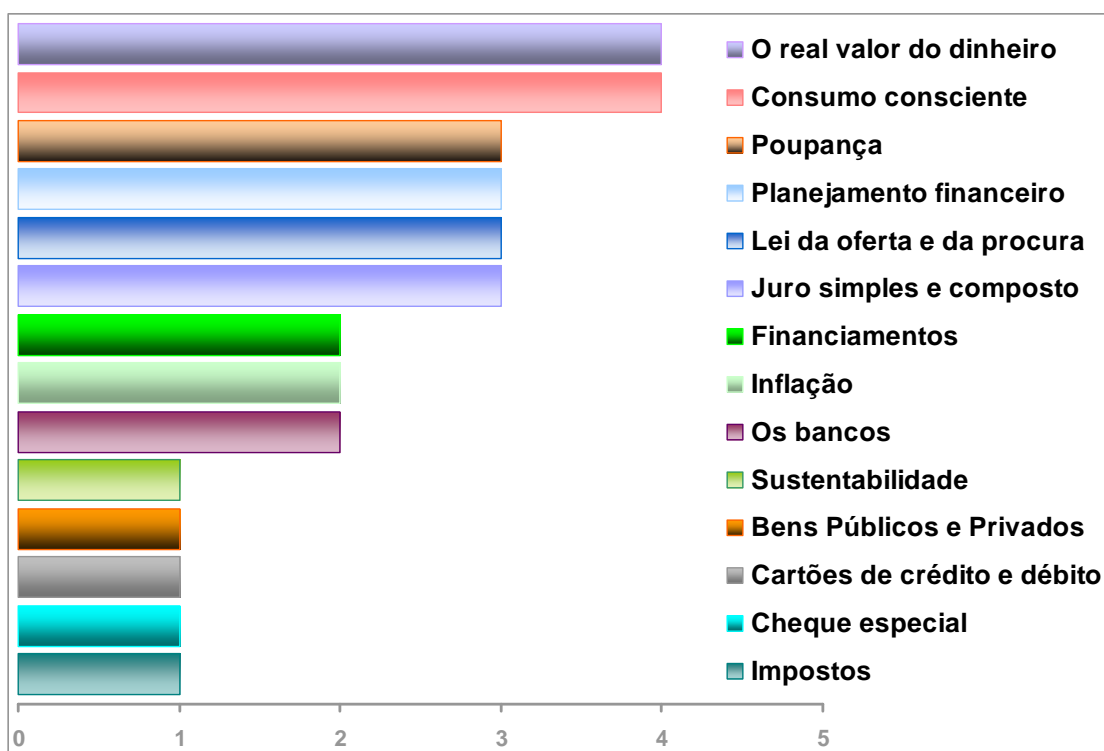
GRÁFICO 5 – EXPERIÊNCIA NA APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA



FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

Os conteúdos trabalhados pelas instituições foram semelhantes, apresentando apenas pequenas variações. Os assuntos mais abordados pelas entidades podem ser visualizados no Gráfico 6:

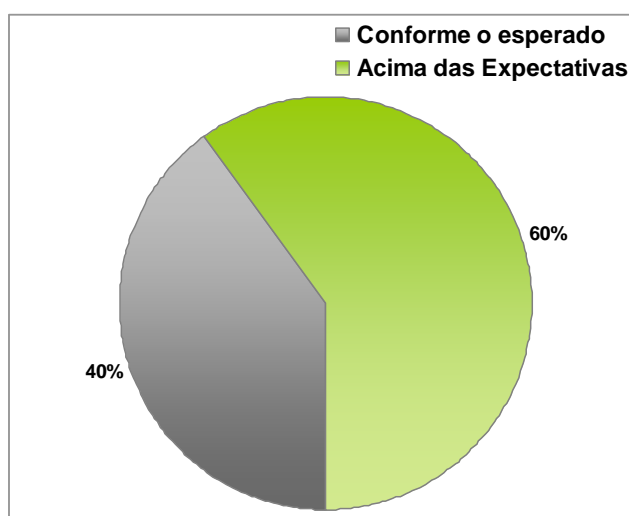
GRÁFICO 6 – ASSUNTOS MAIS ABORDADOS PELAS ENTIDADES



FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

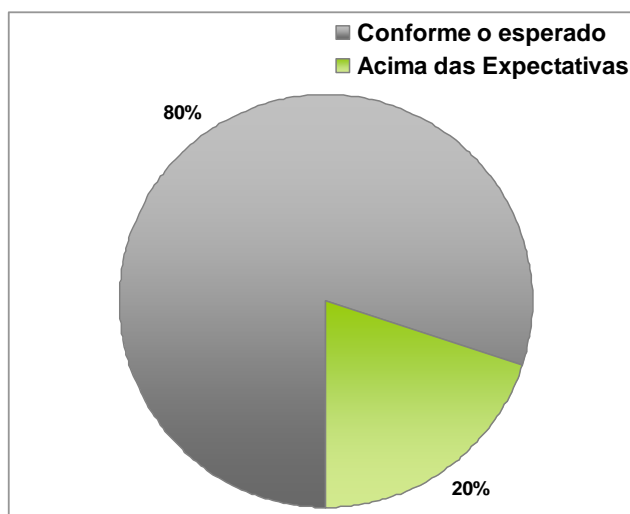
Tanto o grau de aceitação como a evolução do desempenho pelos alunos com relação ao conteúdo ministrado, mostrou-se no mínimo dentro das expectativas em todas as entidades pesquisadas, como pode ser visualizado nos Gráficos 7 e 8.

GRÁFICO 7 – GRAU DE ACEITAÇÃO DOS ALUNOS



FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

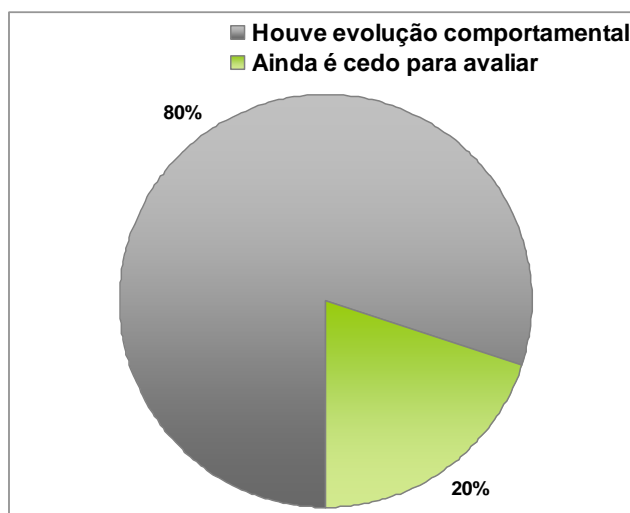
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS ALUNOS



FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

A maioria das instituições relatou que, através de reuniões com os pais, estes destacaram evolução comportamental dos alunos após o ensino dos conteúdos de Educação Financeira conforme pode-se verificar no Gráfico 9.

GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO COMPORTAMENTAL DOS ALUNOS



FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

As instituições declararam também que há muito que se trabalhar em Educação Financeira, bastando aos professores e diretores estarem atentos e usarem a criatividade, a fim de cativar e despertar interesse.

4.2. ESPECIALISTAS

A seguir pode-se observar os resultados dos questionários enviados aos Especialistas em Educação Financeira, além da experiência de cada um deles.

4.2.1. Cássia D'aquino

Cássia D'aquino é educadora com especialização em Educação Infantil, autora de livros e artigos sobre Educação Financeira. Desde 1995 é criadora e coordenadora do Programa de Educação Financeira em inúmeras escolas do País. Atua como palestrante em Congressos de Educação e Encontros de pais no Brasil e exterior. É a representante do Brasil no *Global Financial Education Program*, iniciativa voltada para o desenvolvimento da educação financeira da população de baixa renda em todo o mundo. É assessora de diversas instituições públicas e privadas para criação e desenvolvimento de programas de largo alcance.

Para Cássia, atualmente existe muita confusão entre Educação Financeira, Matemática Financeira, Planejamento, entre outros termos, pois muita gente passou a abordar esse assunto por ser o “tema do momento”, mas não sabe exatamente o que está propondo. Para ela, enriquecimento, ser milionário, ganhar dinheiro fácil, tudo isso é uma tremenda bobagem, uma deturpação do assunto, sinais de falta da educação financeira, pois alguém bem educado em relação ao dinheiro deveria saber:

- Ganhar dinheiro;
- Gastar dinheiro;
- Poupar;
- Doar não apenas dinheiro, mas também tempo e talento.

Uma boa educação financeira procura educar as pessoas para que possam se desenvolver nessas quatro grandes áreas. Além disso, alguém bem educado financeiramente age do ponto de vista que a ética deve preponderar. Essa é a diferenciação, o dinheiro não é tudo, mas também a ética no zelo com os negócios.

Quanto aos benefícios que a Educação Financeira a partir do Ensino Fundamental poderia trazer à sociedade, ela é franca ao dizer que não tem convicção sobre esses benefícios. A Educação Financeira será sempre mais marcada pela ação dos pais, pois são eles que deveriam: educar as crianças do ponto de vista da mentalidade, na formação das atitudes e após isso tudo trabalhar na formação em assuntos específicos.

Em se implantando a Educação Financeira nas escolas através de uma lei específica, quem vai preparar os professores e de que maneira? Como vai ser a avaliação? A escola não deve assumir para si essa responsabilidade, mas podem e devem incentivar esse ensino. Para Cássia a escola poderia:

- Desenvolver o espírito crítico dos alunos em relação ao consumo; e
- Estabelecer uma tentativa de integração pais/escola, esclarecendo que essa formação deve ser responsabilidade dos pais, com a escola apenas como coadjuvante.

Quando questionada a respeito da ENEF, ela diz que é uma temeridade, pois não deveria haver uma lei específica para um assunto que já é tratado nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Se a escola quer fazer alguma coisa, que ensine primeiro a ler e escrever fluentemente. Por aí começa a Educação Financeira da população. Como exemplo pode-se citar um contrato de empréstimo, onde se a pessoa não souber ler/compreender o que está escrito, vai certamente ser lesada.

Professores ficarão desorientados se não houver um treinamento muito grande, e ainda assim não haverá uma uniformidade nesses assuntos que, ao que tudo indica, serão tratados como tema transversal. A falta de tempo e de interesse dos professores para trabalhar o tema dessa maneira (transversalmente) também é um fator preocupante. Como esses professores serão formados?

Precisaria haver um efetivo de educadores muito maior, e a corrupção seria alavancada com a venda de livros e materiais para o desenvolvimento dessa disciplina. Ela não acredita que isso dê certo da maneira como está sendo pensado e sim que deveria haver mais debate e uma melhoria da Educação em geral para depois se pensar em algo assim. Por conta de tanta gente querendo tirar vantagem, o Brasil pode estar queimando etapas nesse processo sem que haja o devido ensino da educação básica.

Quanto aos assuntos que poderiam já ser abordados no Ensino Fundamental, Cássia cita o seguinte:

- Ética;
- Publicidade (saber o que é relevante nas propagandas e comerciais);
- Perceber o que é relevante no consumo;
- História do Consumo (como se consumia anos atrás e como se consome hoje);
- Trazer à tona a consciência crítica dos alunos; e é claro
- Ensinar a ler e escrever fluentemente.

Lembrando que a escola pode e deve ter um papel coadjuvante, pois o papel principal deve ser da família. A escola não deve assumir essa responsabilidade apenas para si.

4.2.2. Álvaro Modernell

Álvaro Modernell é especialista em Educação Financeira, sócio-fundador e coordenador do *site* Mais Ativos. Graduado em Administração de empresas, pós-graduado em política e estratégia, em metodologia do ensino e em informática empresarial e com mestrado em finanças, possui MBA em negócios internacionais e MBA em gestão financeira de empresas. Foi professor universitário nas áreas de planejamento e controle. Atuou como voluntário e facilitador de programa internacional de empreendedorismo e finanças pessoais *Junior Achievement* e como consultor no programa para educação financeira infantil *The Money Camp Brasil*. Desenvolve projetos e trabalhos de educação financeira para instituições, grupos de adultos não especialistas em finanças e oficinas de educação financeira para crianças. Membro do Grupo de Apoio Pedagógico na formulação da ENEF, coordenada pelo MEC, CVM e Banco Central.

Para Álvaro, Educação Financeira é “um conjunto amplo de orientações e esclarecimentos sobre posturas e atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos financeiros pessoais”. Segundo ele, este é um conceito que ele próprio criou há algum tempo, por não encontrar outro que bem definisse o seu

entendimento a respeito do assunto. Desde então vem sendo adotado por vários autores e em diversos projetos e entidades, já sendo referência no mercado.

Sobre os benefícios que a Educação Financeira desde o Ensino Fundamental poderia trazer à sociedade, Álvaro diz que os benefícios a médio e longo prazo são muitos e intensos. Considerando o ser humano e a família como a base da sociedade, no sentido mais amplo, ao educar-se financeiramente as crianças, cria-se uma geração melhor preparada para lidar com assuntos financeiros. A seu ver, pessoas bem-educadas financeiramente cultivam poupança, evitam dívidas, empreendem mais, consomem com mais responsabilidade, planejam melhor suas vidas e têm menos problemas, não apenas financeiros, mas também os decorrentes desses.

Uma sociedade, ou um país, composto por famílias bem preparadas e bem sucedidas financeiramente fazem com que as riquezas se acumulem mais e circulem com mais inteligência, fazendo com que o dinheiro proporcione mais benefícios a todos. Pessoas bem preparadas e capitalizadas tendem a investir e empreender mais. Assim, surgem mais oportunidades para todos: mais trabalho, mais consumo, mais estudo, melhores condições de vida.

Da mesma forma, profissionais e estudantes que não convivem com problemas financeiros tipo endividamento crônico conseguem se concentrar melhor nas suas atividades e se tornarem mais produtivos. Novamente ganha a sociedade. Ganham os empregadores. Ganham todos.

A respeito da ENEF, Álvaro diz que é um audacioso e valoroso projeto do Governo brasileiro. Diz também que a visão e as ações são realmente estratégicas, visando o longo prazo e a perenidade dos avanços sociais decorrentes das melhorias da relação das pessoas com o dinheiro e assuntos direta e indiretamente ligados às finanças pessoais e familiares.

Por estarem na liderança desse trabalho os quatro principais órgãos fiscalizadores do Sistema Financeiro Nacional – BACEN, CVM, SUSEP e SPC, em conjunto com o MEC, ele entende que as linhas mestras do trabalho guardam coerência com princípios básicos de defesa dos interesses dos consumidores de produtos financeiros, apoiados por metodologias e instrumentos de ensino que garantem maior efetividade das ações em andamento.

Fazendo uma rápida memória, ele diz que a ENEF inicialmente visava apenas o público adulto. Porém, nos primeiros passos, e ao serem observados

trabalhos em outros países como Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália, Índia e outros, logo foi percebida a necessidade de também atender de imediato o público infantil. A proposta foi apresentada ao MEC e desde então o Ministério “comprou” a idéia e passou a compartilhar o desafio e as responsabilidades com os órgãos fiscalizadores.

Hoje já são percebidas muitas iniciativas isoladas de estabelecimentos de ensino e algumas secretarias municipais e estaduais de educação na direção de consolidar a Educação Financeira como elemento pertencente às atividades escolares. Mas nada que se compare ao impulso que essa questão vai tomar a partir da introdução da Educação Financeira em todas as escolas de ensino público do Brasil, desde o ensino fundamental, até o ensino médio, em todas as séries.

Segundo Álvaro, em 2010 começarão os primeiros pilotos em dezenas de municípios brasileiros, inicialmente no ensino médio. Mas os trabalhos estão avançando no sentido de que a partir de 2011 seja contemplada uma quantidade muito maior de municípios, atingindo também o ensino fundamental, desde as primeiras séries. E não há dúvidas que o movimento crescerá. Pais, professores, alunos e toda a comunidade vão cobrar isso das escolas. As crianças devem e podem ser melhor preparadas para a “vida real” também no ambiente escolar. E a Educação Financeira se presta muito bem para isso.

Sobre os conteúdos a serem repassados no Ensino Fundamental, Álvaro concorda com Cássia quando afirma que primeiramente e acima de tudo: Ética. Ética no trato das finanças. Ética nas relações pessoais e comerciais. Ética na obtenção de recursos. Talvez com isso no futuro possa haver líderes políticos mais preocupados e respeitosos da gestão da coisa pública. Ou, pelo menos, cidadãos mais conscientes e cobradores.

Também poderiam ser repassados uma combinação de educação financeira com responsabilidade ambiental. É preciso e possível ensinar às crianças que ao economizar água, luz, energia, alimentos, embalagens, material escolar, além dos benefícios diretos ao bolso, também se está ajudando a preservar a natureza e os recursos naturais. Crianças criadas e educadas com essa mentalidade crescem adotando certas medidas de maneira natural, sem sacrifícios e com um nível de consciência muito elevado. Às vezes quando se fala apenas em educação ambiental fica um pouco intangível. Algumas crianças não conseguem perceber os benefícios diretos de atitudes simples como apagar luzes, escolher produtos produzidos com

responsabilidade social. Mas ao se mostrar o quanto se paga e se pode economizar na conta de água ou de energia da casa, isso fica muito mais concreto. Aumentam as chances de entendimento e comprometimento.

Outras questões também importantes são a cultura de planejamento, a visão de futuro, a preservação dos próprios bens (inicialmente brinquedos, roupas, calçados) e a visão de que o acúmulo é fruto de atitudes ao longo do tempo.

Enfim, o incentivo à poupança, às pesquisas de preços, às comparações de marcas e de produtos, à otimização de embalagens, o estímulo à reflexão sobre escolhas de consumo e outros são fatores que também podem ser trabalhados desde a infância.

4.2.3. Silvia Alambert

Silvia Alambert é empresária, sócia-diretora da *The Money Camp* Brasil, escola de educação financeira para crianças, jovens e adultos. Formada em Secretariado Executivo Bilíngüe e professora de inglês certificada pela *Cambridge University*, Londres. O *The Money Camp* é um programa de educação financeira que surgiu nos Estados Unidos em 2002. Silvia se interessou pelo programa e fez uma viagem aos Estados Unidos para conhecê-lo e fazer o treinamento para coordenar o programa *Money Camp* no Brasil com as adaptações culturais necessárias.

Para Silvia, Educação Financeira é uma ferramenta que ajuda as pessoas a serem conscientes com o uso de seu próprio dinheiro e poderem viver com qualidade de vida, evitando, assim, as armadilhas de consumo e desfrutarem o melhor da vida com tranquilidade financeira.

Sobre os benefícios da Educação Financeira já no Ensino Fundamental, Silvia diz que educando crianças desde a tenra idade, estas alcançarão a vida adulta compreendendo que um país só é forte quando menos pessoas dependem dele. Estando tranquilos com sua própria condição financeira, entenderão que poderão ajudar a transformar a vizinhança em que vivem, o bairro em que vivem, a cidade onde vivem num lugar melhor, promovendo também ações sociais para melhor qualidade de vida do próximo.

Avaliando a ENEF, Silvia diz que é muito positiva se for avaliada a intenção da proposta, porém, só será efetiva à medida que:

- os educadores engajados no processo forem treinados e capacitados para aplicar a matéria dentro do currículo, uma vez que a educação financeira verdadeira está longe dos números, mas muito mais próxima a emoção e crenças que as crianças tem com relação ao dinheiro;
- se os profissionais não somente ensinarem, mas aplicarem os conceitos em seu dia a dia (ninguém transmite conhecimento, sem antes conhecê-lo); e
- além de ter que ser uma educação continuada, deverá haver uma metodologia de ensino diferenciada, além daquela que se vê em sala de aula, para que os alunos se engajem no processo de criação de riqueza para sua própria vida e na vida do próximo.

Segundo ela, Educação financeira vai muito além do que somente falar sobre poupança e consumo. Sobre os conteúdos passíveis de serem ensinados no Ensino Fundamental. Silvia destaca que vários temas podem ser abordados nesta fase, desde a história do dinheiro, o valor real do dinheiro, consumo inteligente até poupança e previdência privada, mas um tema que considera fundamental para que alunos desta idade recebam é a organização com seu próprio dinheiro, para que comecem a entender que se pode conquistar tudo que se deseja na vida, desde que haja planejamento com o dinheiro.

Ela ressalta que há inúmeros relatos de dentro de sala de aula, mas o fato que ela considera mais importante e interessante foi poder observar que ao se educar crianças financeiramente, este processo aguçou a curiosidade dos pais em quererem aprender os ensinamentos com os filhos. À contra-mão da educação, quando se acredita que são os pais quem devem ensinar aos filhos, ela diz ter vivido experiências prazerosas com a educação financeira entre crianças e jovens.

4.2.4. Síntese dos relatos dos Especialistas

Com base nas experiências e detalhes obtidos através dos questionários aplicados aos especialistas, pode-se afirmar que a Educação Financeira ajuda as pessoas a fazerem um bom uso de seu dinheiro e a ter qualidade de vida, preparando-as para fugir do consumo desenfreado e incentivando a cultura do planejamento no desfrute de seus bens. As pessoas bem educadas financeiramente

deveriam saber ganhar, mas também gastar e poupar, além de ajudar a outros, doando não apenas dinheiro, mas também tempo e talento.

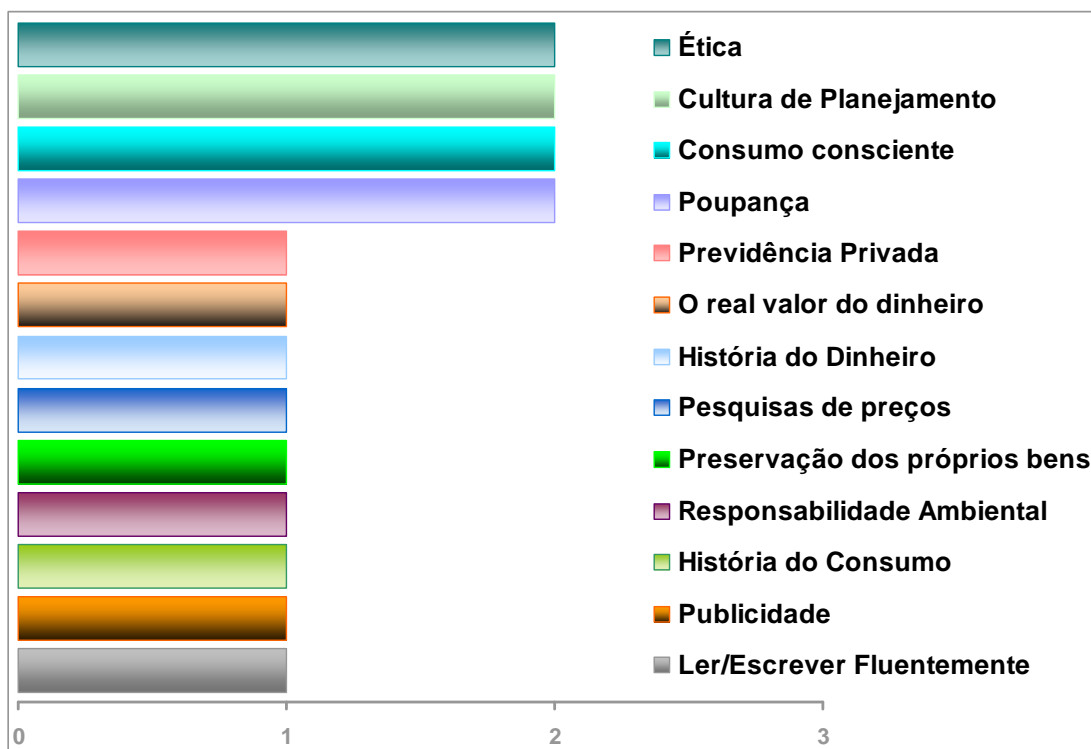
Como benefícios da Educação Financeira desde o Ensino Fundamental, pode-se dizer que as crianças poderão desde cedo aprender a distinguir o que é ou não necessário em se tratando de consumo. Poderão viver uma vida tranqüila e a partir disso participar de ações através das quais poderão ajudar pessoas, comunidades, cidades, promovendo assim a melhoria da qualidade de vida do próximo. Pessoas bem educadas financeiramente tem condições de cultivar poupança, empreender mais e fazer o dinheiro circular de forma inteligente ajudando a sociedade como um todo. Como efeito cascata, havendo mais investimentos, haverá também mais oportunidades de trabalho, estudo e consumo. Porém, deve-se atentar ao fato de que a escola pode sim atuar de forma muito importante no ensino de Educação Financeira, mas a atuação dos pais é, talvez, mais importante ainda.

Sobre a ENEF, os especialistas se dividem entre acreditar que vai ser uma boa iniciativa do governo e acreditar que deveria ser mais bem planejada. Assim, pode-se verificar nas respostas que a idéia é muito boa, mas para sua implantação deveriam ser observados alguns requisitos:

- antes de mais nada, investimentos na melhoria da educação básica;
- valorização dos educadores, não apenas salarial, mas também na sua importância perante a sociedade;
- visão de médio e longo prazos;
- maciço treinamento aos educadores, não apenas em aspectos financeiros, mas também abordando as crenças e emoção das crianças;
- aplicação não somente para o Ensino Fundamental e Médio, mas também para a população adulta;
- incentivo e conscientização dos pais no sentido da importância de sua participação ativa na formação de seus filhos;
- engajamento dos educadores, comunidade e pais no sentido de não apenas indicar como fazer, mas também aplicar em suas vidas;
- investimentos em formas de combate de corrupção, pois a cada novo assunto em pauta, sempre aparecem oportunistas querendo levar vantagem.

Finalmente, quanto aos conteúdos que poderiam ser tratados, o resultado pode ser visualizado no Gráfico 10.

GRÁFICO 10 – ASSUNTOS MAIS ABORDADOS PELOS ESPECIALISTAS



FONTE: desenvolvido pelos autores com base na pesquisa de campo.

Uma das questões mais lembradas pelos especialistas é que a Ética é o principal assunto a ser tratado dentro da Educação Financeira. De nada adianta a criança ser educada com princípios financeiros se, no dia-a-dia, sempre tenta tirar vantagem de pessoas menos favorecidas. Assim poderiam ser formados melhores líderes, comprometidos com a sociedade e não apenas consigo mesmos, ou mesmo cidadãos mais participativos.

Outro assunto lembrado pelos especialistas é a educação para o consumo consciente. É importante as crianças aprenderem que, consumindo com mais responsabilidade, pode-se ter também um benefício financeiro, além do apelo sustentável. Crescendo com essa mentalidade, as crianças podem adotar certos costumes de maneira natural, não sendo uma coisa intangível como simplesmente falar em Sustentabilidade ou Educação Ambiental. Quando se diz o quanto se pode

economizar com o uso correto, o assunto fica mais concreto, possibilitando melhores oportunidades de aprendizado.

Assuntos como história e real valor do dinheiro e preservação dos próprios bens também são lembrados. Ensinando desde cedo a preservar seus brinquedos ou roupas, por exemplo, incute na criança o idéia de que, preservando, pode-se ter por mais tempo, mostra-se que o acúmulo de dinheiro, bens, riquezas é fruto de nossa atitude ao longo de toda a nossa vida.

A cultura de planejamento também deve ser incentivada, uma vez que mostra a elas que se pode conseguir muito do que se quer, desde que haja planejamento e comprometimento.

A visão de futuro deve ser trabalhada juntamente com o incentivo à poupança e à previdência privada. Deve-se pensar não apenas no hoje, mas também em como se poderá viver quando na velhice sem poder prover suas próprias necessidades.

Novamente se tratando de consumo, deve ser ensinado a perceber aspectos relevantes na publicidade e comerciais de televisão. Saber distinguir entre o que se precisa e o que se quer, trazer à tona a consciência crítica das crianças, para que elas possam avaliar e fazer uma escolha consciente e não por impulso. A melhoria da educação básica também deve ser encarada como um fator muito importante nesse processo, pois ela é a base para transformações em nossa sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho analisou a experiência de algumas instituições de ensino que tenham algum projeto ou programa de educação financeira em seus currículos, bem como a experiência de alguns especialistas no assunto. Buscou-se com isso, responder aos seguintes problemas de pesquisa:

Quais conteúdos de Educação Financeira poderiam ser repassados aos alunos do ensino fundamental?

Quais os fatores deveriam ser observados para que esse ensino seja mais eficiente?

Vários órgãos do governo têm, isoladamente, algum programa ou projeto nesse sentido. Porém a união desses órgãos em torno de um outro projeto, a ENEF, pretende, entre outras iniciativas, implantar a Educação Financeira nos currículos desde o Ensino Fundamental.

Algumas entidades privadas como a SERASA e a BM&F BOVESPA também buscam, através de projetos sociais, publicações de livros ou ainda de parcerias, apoiar e desenvolver a Educação Financeira para crianças, jovens e adultos.

Em se tratando dos colégios, pode-se observar através dessas análises que os que implantaram algum conteúdo de educação financeira, além de serem poucos, o fizeram por iniciativa própria e como tema transversal a outras disciplinas já existentes.

Por outro lado, os especialistas recomendam que o ensino da educação financeira seja adotado no ensino fundamental com os devidos cuidados, pois segundo eles, isso poderia cultivar desde crianças a cultura de planejamento com seus gastos e o consumo consciente, entre outros benefícios já mencionados.

De acordo com a presente pesquisa, os assuntos mais lembrados por instituições e por especialistas, como sendo aqueles que os alunos do Ensino Fundamental têm plenas condições de aprender foram: consumo consciente, cultura de planejamento, o real valor do dinheiro, poupança, juro simples e composto, lei da oferta e da procura, ética, financiamentos, inflação e os bancos.

Para que esse ensino seja eficiente, pode-se destacar que o papel dos pais na formação dos filhos é muito importante, visto que, de acordo com especialistas, esse assunto não pode ser tomado como responsabilidade das instituições de

ensino, esta deve ter apenas um papel coadjuvante. Além disso, a melhoria na educação básica também é um fator preponderante para o sucesso da Educação Financeira.

Convém esclarecer que a presente pesquisa tem uma limitação relevante: a amostra reduzida de instituições de ensino. Dada essa limitação, as conclusões obtidas não são representativas, não podendo ser usadas de forma generalizada. Esse estudo não esgota o assunto, apenas sugere temas que possam subsidiar gestores educacionais e/ou educadores futuramente.

Por fim, como tema para pesquisas futuras pode-se sugerir a análise dos egressos dos colégios com a Educação Financeira em seus currículos, comparado com aqueles que não tiveram essa oportunidade em seu aprendizado. Ou ainda, estabelecer uma comparação entre os que tiveram uma participação ativa dos pais neste processo e os que não contaram com essa ajuda. Assim poderiam ser avaliados, na prática, os resultados da Educação Financeira sobre essas crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADMINISTRADORES. **Crédito para consumo é o maior da história.** São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.administradores.com.br/noticias/credito_para_consumo_e_o_maior_da_historia/2757/> Acesso em 17 mai. 2009.
- BACEN. **Composição.** Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em 16 mai. 2009.
- BACEN. **O programa de educação financeira.** Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?PEFINTRODUCAO>>. Acesso em 16 mai. 2009.
- BACEN. **Reformas do Sistema Monetário Brasileiro.** Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?REFSISMON>>. Acesso em 16 ago. 2009.
- BM&FBOVESPA. **Quem somos.** Disponível em <<http://www.institutobmfbovespa.org.br/pt-br/QuemSomos.asp>>. Acesso em 17 mai. 2009.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia.** São Paulo: Saraiva, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL, **Lei 9.394/1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Senado, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais.** 1998. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/materiais.asp>> Acesso em 17 mai. 2009.
- COLÉGIO BOM JESUS. **Missão, Visão e Valores.** Disponível em <<http://www.bomjesus.br/proposta/identidade.asp>>. Acesso em 10 nov. 2009.
- COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA. **Missão, Visão, Valores e Foco.** Disponível em <<http://www.scm-df.com.br/missao.php>>. Acesso em 09 nov. 2009.
- COLÉGIO SINODAL. **Filosofia.** Disponível em <<http://www.sinodal.com.br/institucional/portugues.html>>. Acesso em 10 nov. 2009.
- CVM. **Guia de Orientação e Defesa do Investidor.** Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/port/ProtInv/prodin.asp>>. Acesso em 16 mai. 2009.
- D'AQUINO, Cássia. **Educação Financeira: Como educar seu filho.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.
- EXPOENTE. **Missão, Visão e Valores.** Disponível em <<http://www.expoente.com.br/>>. Acesso em 09 nov. 2009.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FRANKENBERG, Louis. **Guia prático para cuidar do seu orçamento**: viva melhor sem dívidas. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

GRAN LEONE. **Missão, Visão e Valores**. Disponível em <<http://www.granleone.com.br/v3/html/missao.html>>. Acesso em 09 nov. 2009.

HAIR JR, Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INFOMONEY. **Serasa**: inadimplência do consumidor aumenta 10,8% no ano. São Paulo, 2009. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultnot/infomoney/2009/05/15/ult4040u19363.jhtm>> Acesso em 17 mai. 2009.

INSTITUTO AKATU. **O que é**. Disponível em <http://www.akatu.org.br/consumo_consciente/oque>. Acesso em 18 mai.2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "**Temas transversais**" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=60>. Acesso em 8/8/2009.

MIGUELES, Carmen. **Pesquisa**: Por que administradores precisam entender disso?. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo** – Políticas e Práticas. São Paulo, Papirus. 2000.

NAVARRO, Conrado. **Cartão de Crédito**: dicas e armadilhas. 2008. Disponível em <<http://dinheirama.com/blog/2008/02/25/cartao-de-credito-dicas-e-armadilhas/#>> Acesso em 17 mai. 2009.

OLIVEIRA, Silvio L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1999.

PEREIRA, Ricardo. **Educação Financeira**: quanto mais cedo, melhor! 2008. Disponível em <<http://dinheirama.com/blog/2008/12/18/educacao-financeira-quanto-mais-cedo-melhor/#>> Acesso em 20 mai. 2009.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional**. 13.ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SERASA. **O superendividamento e o papel dos indicadores de demanda por crédito.** Disponível em <<http://www.serasa.com.br/serasalegal/index.htm>>. Acesso em 17 mai. 2009.

SILVA, Adriana Vera e; **Dinheiro aplicado em classe rende muito:** Programa de Educação Financeira dá lucro para alunos ricos e pobres. Revista Nova Escola, São Paulo, p. 36-39, set. 1999.

SPC. **Cartilha do Participante.** Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/subir/guia_do_participante-alta_com-marca-corte_FINAL_OK.zip>. Acesso em 17 mai. 2009.

SUSEP. **Apresentação.** Disponível em <http://www.susep.gov.br/menususep/apresentacao_susep.asp>. Acesso em 17 mai. 2009.

VEIGA, Rafael Paschoarelli; **A regra do jogo.** São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

VEJA. **As Melhores Escolas Particulares da Cidade.** Disponível em <http://veja.abril.com.br/especiais/educacao_curitiba/index.html>. Acesso em 01 nov. 2009.

VEJA. **Perguntas & Respostas.** Seções On-line, Revista Veja, 2008. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/expansao_credito/index.shtml> Acesso em 17 mai. 2009.

VIDA E DINHEIRO. **O que é ENEF.** Disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx>>. Acesso em 17 mai. 2009.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Instituição de Ensino:

Nome:

Formação:

- Ensino médio
- Ensino superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

Tempo de serviço na instituição:

- Menos de 2 anos
- De 2 a 4 anos
- De 4 a 6 anos
- Mais de 6 anos

Experiência na área acadêmica?

- Sim
- Não

De quem foi a iniciativa de inserção da Educação Financeira no currículo dessa instituição?

- Professores
- Pais de alunos
- Direção / Gestão pedagógica
- Comunidade
- Outro:

Existe uma disciplina específica para a educação financeira em sua instituição?

- Sim
- Não, a educação financeira é um tema transversal
- Não, a instituição não aborda este tema

Justifique a resposta anterior.

Há quanto tempo esta instituição leva a educação financeira a seus alunos?

- Menos de 2 anos
- De 2 a 4 anos
- De 4 a 6 anos
- Mais de 6 anos

Comente a metodologia adotada, material didático utilizado e critério de avaliação:

Atualmente, quais conteúdos de educação financeira são ensinados?

- 1. O real valor do dinheiro
- 2. Os bancos
- 3. BACEN
- 4. Gasto consciente
- 5. Impostos
- 6. Juro simples e composto
- 7. Inflação
- 8. Lei da oferta e da procura
- 9. Planejamento financeiro
- 10. Cartões de crédito e débito
- 11. Cheque especial
- 12. Financiamentos
- 13. Poupança
- Outros

Caso na resposta anterior a opção "Outros" foi selecionada, favor descrever os outros conteúdos.

Favor citar os números dos conteúdos selecionados citando a respectiva "Série" na qual eles são ensinados.

Caso a educação financeira seja um tema transversal, responda também a qual disciplina corresponde cada conteúdo.

Como pode ser avaliada a evolução do desempenho dos alunos?

- Abaixo das expectativas
- Conforme o esperado
- Acima das expectativas

Qual tem sido o grau de aceitação do conteúdo por parte deles?

- Abaixo das expectativas
- Conforme o esperado
- Acima das expectativas

Através de reuniões de pais e professores foi verificada evolução comportamental dos alunos em relação ao conteúdo ministrado?

- Sim
- Não
- Outro:

Caso queira, faça comentários, conte experiências, exponha relatos, acrescente algo a mais em relação à educação financeira que você julgue necessário.

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO PARA ESPECIALISTAS

Nome:

Qual a sua definição para Educação Financeira?

Quais os benefícios que uma Educação Financeira a partir do Ensino Fundamental poderia trazer para nossa sociedade?

Quais conteúdos você considera que já poderiam ser repassados a alunos do Ensino Fundamental?

Caso queira, faça comentários, conte experiências, exponha relatos, acrescente algo a mais em relação à educação financeira que você julgue necessário.